

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
ESCOLA DE DIREITO DE SÃO PAULO

LAURA MASTROIANNI KIRSZTAJN

**O PROCESSO DECISÓRIO E DELIBERATIVO DA CORTE
CONSTITUCIONAL DA COLÔMBIA:
um caminho para o STF?**

SÃO PAULO - SP

2020

LAURA MASTROIANNI KIRSZTAJN

**O PROCESSO DECISÓRIO E DELIBERATIVO DA CORTE
CONSTITUCIONAL DA COLÔMBIA:
um caminho para o STF?**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio
Vargas como requisito básico para a obtenção do
título de Bacharel em Direito sob a orientação do
professor Rubens Eduardo Glezer.

SÃO PAULO - SP

2020

LAURA MASTROIANNI KIRSZTAJN

**O PROCESSO DECISÓRIO E DELIBERATIVO DA CORTE
CONSTITUCIONAL DA COLÔMBIA:**

um caminho para o STF?

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio
Vargas como requisito básico para a obtenção do
título de Bacharel em Direito sob a orientação do
professor Rubens Eduardo Glezer.

Data de aprovação: 08/05/2020

Banca examinadora:

Prof. Dr. Rubens Eduardo Glezer (orientador)

Prof. Dr. Conrado Hübner Mendes

SÃO PAULO – SP

2020

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a cada uma das pessoas que de uma forma ou de outra contribuiu para que este trabalho de conclusão de curso fosse possível. A ordem dos agradecimentos é aleatória, porque cada um teve enorme significado para mim.

Difícilmente eu estaria aqui escrevendo este trabalho se não fosse pelos vários professores que passaram pela minha vida, e que me incentivaram desde cedo a buscar o conhecimento e a ser crítica àquilo que me exponho. Por isso reservo esse agradecimento a todos aqueles que fizeram parte da minha educação, que construíram um pouco do que eu sou, e, acima de tudo, deram as ferramentas para que eu mesma me construísse. A educação é (e deve ser) libertadora.

Um desses professores foi o meu orientador, o professor Rubens Glezer, que esteve ao meu lado logo nas primeiras semanas no curso de Direito, e foi muito importante para que eu continuasse o meu rumo nessa faculdade. Foi com o seu apoio que eu também tive o incentivo para fazer aquilo que me traz satisfação - a pesquisa - em meio a um mar de desincentivos e de pressão para seguir o mesmo rumo que todos. Nada melhor para encerrar esse processo da graduação do que com a sua orientação neste trabalho.

Outra pessoa que tornou toda essa jornada possível foi a minha professora favorita: a minha mãe, Gianna. Mesmo sem ser do Direito, esteve ao meu lado enquanto eu reclamava sobre o Supremo e procurava desesperadamente por bibliografia, sempre me escutando. Antes mesmo de eu entrar na faculdade, lia meus contos e histórias, valorizava meus desenhos e invenções, por mais bobos que fossem. Independentemente da minha idade, manteve-se crítica, porém sem perder a doçura e a compreensão de todo o meu esforço e trabalho. É também o meu principal exemplo de acadêmica, que segue um ditado que eu gosto muito: somos todos capazes, o que nos diferencia é a bondade. Quem lê o que você escreve, publica e cria nem sempre vai ter noção da pessoa humilde, empática e bondosa que produziu aquilo com tanta qualidade e afinho. Em um mundo ideal, todos seriam pé no chão, inteligentes, curiosos e altruístas como você. Repito, como o fiz na minha iniciação científica, que o meu objetivo é ser tão incrível quanto você.

Esta monografia foi responsável pela minha aproximação com o Núcleo de Justiça e Constituição e, conseqüentemente, com os professores Nikolay Bispo e Dimitri Dimoulis, que me acolheram prontamente. Sei que o mundo acadêmico pode ser cruel, mas vocês fizeram justamente o oposto quando me aceitaram no núcleo e me acolheram em cada pesquisa, trabalho e discussão que desenvolvemos. Eu tive a imensa sorte de conhecê-los e

poder entrar para essa vida acadêmica de uma forma bem mais esperançosa, convicta e com qualidade, mesmo no contexto político conturbado em que vivemos. Agradeço enormemente a forma como os dois estiveram dispostos a me ouvir e a dar conselhos quanto ao meu trabalho, muitas vezes sem eu nem precisar pedir. É muito bom e incentivador ver em vocês pessoas que têm paixão pelo que fazem, e que não recusam uma oportunidade para discutir. Aproveito para agradecer ao professor Guilherme Klafke, que, assim que mencionei meu tema em uma reunião do núcleo, dispôs-se a conversar comigo, dar conselhos e indicações bibliográficas que fizeram toda a diferença.

Agradeço às professoras Catarina Barbieri e Flávia Püschel e ao professor Osny da Silva, que estiveram entre os primeiros a se depararem com a versão inicial deste trabalho, quando a submeti ao concurso de monografias da FGV sob o pseudônimo Agatha Poe Holmes (precisava mencionar, passei tempo demais pensando nele). Contar com a resposta de vocês ao meu trabalho foi essencial para que eu construísse minha confiança no que escrevo, por mais difícil que isso seja para mim.

Como não poderia deixar de acontecer, deixo o meu agradecimento à Sociedade Brasileira de Direito Público e a todos que passaram por essa instituição tão importante para o meu desenvolvimento acadêmico e humano. Mariana Vilella, Yasser Gabriel e Rebeca Souza, que me acolheram na Escola de Formação e continuam até hoje me acompanhando e sendo bons amigos. À Turma 21 da EF, que é a mais especial de todas e fez o curso de Direito ser o mais empolgante e com mais carisma que poderia ter. Aos meus companheiros de planejamento estratégico, Kawan e Guilherme Antônio, que me motivaram durante a iniciação científica e continuaram sendo amigos queridos, carinhosos e divertidos.

Também quero lembrar a contribuição das mulheres que começaram como minhas veteranas, são minhas super-heroínas acadêmicas e se tornaram amigas que eu vou guardar sempre comigo: Aline Herscovici, Giovana Agútolí e Laurianne Schippers. Conheci cada uma de formas diferentes, e, coincidentemente, estamos juntas nessa amizade e nas aventuras do mundo acadêmico.

A Aline foi a pessoa que me fez olhar para o Direito de uma forma mais complexa e abrangente através da Filosofia e do seu jeito autêntico de ser, que não se rendeu à pressão que é ser o que todos esperam que sejamos. É alguém que está sempre disposta a se posicionar e fazer o que acredita ser ouvido, sem ficar calada diante de injustiças, algo que muitos afirmam fazer enquanto não movem um dedo. O melhor elogio que eu posso escutar é quando falam que somos parecidas.

A Giovana me fez acreditar na parceria como algo possível e belo: numa véspera de Carnaval, construímos juntas um caso sobre conflito armado não internacional. Nunca precisamos trocar muitas palavras, nós nos entendemos de jeito e de coração, e esse foi o primeiro passo de uma amizade que me faz sentir compreendida sem dificuldade. É simples.

Quando eu conheci a Laurianne, sabia que queria ser sua amiga, só não tinha conhecimento de como isso aconteceria. Ainda não sei quando isso ocorreu, porque foi orgânico e eu me surpreendi muito nesse processo. A garota séria que eu conheci em 2016 é, na verdade, alguém extremamente sensível e empática, que, mesmo sendo muito inteligente e genial, nunca deixou de ser humilde, honesta e gentil. Todos têm sorte de ter você por perto, e eu sou extremamente grata por ter uma amiga como você.

Jamais poderia deixar de lembrar dos meus amigos que estão ao meu lado desde 2016 na FGV: Maria Júlia, Rodolfo, Mariana, Helena, Sofia e Fernanda. Eu tive sorte de finalmente encontrar pessoas com as quais eu poderia ser eu mesma, sem medo dos julgamentos ou do preconceito alheio, sem temer ser demais ou de menos. Vocês me ensinaram a amizade legítima, que segura a sua mão nos momentos bons, mas, especialmente, nos ruins, quando tudo parece desmoronar. Sei que, sempre que precisar, posso contar com o carinho de vocês.

Também agradeço aos meus amigos mais (ou relativamente) recentes, que vieram até mim na forma de calouros ou colegas de GV, e que o afeto e a proximidade nos aproximaram: Carlos, Dominique, Thais, João, Malu e Bruno. Vocês trouxeram a mim um tipo de amizade totalmente diferente, e um jeito novo de ser e ver o mundo (provavelmente a versão mais *zoomer* possível disso). Eu tenho muito orgulho de acompanhar o crescimento de cada um de vocês, e é uma enorme satisfação contar com o apoio e a fé de vocês nos meus passos.

Deixo meus agradecimentos aos amigos mais diferentes que eu poderia ter, dos mais diversos lugares, com as origens mais diferentes, e com os jeitos mais bizarros (positivamente). Larissa, uma das minhas amigas mais antigas e que surgiu da forma mais improvável, quando éramos crianças apaixonadas por livros de ficção científica e histórica e achávamos que conhecíamos o mundo (mas era só o começo). Você cresceu ao meu lado e nós duas mudamos muito nesses mais de 10 anos, mas, mesmo com todas as modificações, acabamos aqui, em 2020, ainda parceiras e convictas no que acreditamos (politicamente ou não). Foi por você que conheci tanta gente incrível como a Morgana, o Leonardo, a Gabriela, o Gustavo, a Vitória e tantos outros. Pessoas tão diferentes de mim, e que, em pouco tempo, fizeram com que eu me tornasse um pouco delas, seja pela paixão por *ushanka*, seja pelo

gosto duvidoso por *Eurovision* e performances da Verka Serduchka. Os meus dias ganham cor com vocês.

Matheus, que foi o tipo de amigo que eu não sei bem quando a amizade começou e nem quando o conheci, porque foi algo que aconteceu de forma tão natural que nem parece prescrita. A princípio, achei que você era de um outro mundo de tão diferente de mim, mas, por sorte nossa, descobri o quanto temos em comum, e isso só fortaleceu a nossa amizade. Carol, Nathan, Giovanna e Vinícius, pessoas que, nesse mundo confuso, conseguem manter a calma e o diálogo, mesmo lidando com um grupo conturbado e cheio de opiniões como o nosso. Queria que mais pessoas como vocês existissem, para que todos pudessem contar com a assertividade cirúrgica, necessária e legítima de vocês, que não deixa de valorizar o melhor em cada um.

Finalizo com um agradecimento aos acadêmicos que se disponibilizaram a auxiliar uma aluna brasileira completamente desconhecida e tão interessada na Colômbia. Meu trabalho definitivamente não teria acontecido sem as respostas que obtive de cada um de vocês, que se mostraram solícitos, interessados e muito gentis com a indicação de livros, artigos, textos, sites de busca, periódicos e temas de estudo. Confesso que conhecer o lado colombiano foi o mais desafiador da pesquisa, e em vários momentos pensei em desistir por não me sentir capaz de fazer jus a uma corte tão estudada por todos vocês. Muito obrigada, Luisa Fernanda Garcia Lozano, David Landau, César Rodríguez Garavito e Gerardo Antonio Durango Alvarez. Espero que nossos países continuem trocando conhecimento e experiências, porque na pesquisa não pode haver barreiras.

Num dia como o de hoje, meu mestre William Faulkner disse neste mesmo lugar: “Nego-me a admitir o fim do homem”. Não me sentiria digno de ocupar este lugar que foi dele se não tivesse a consciência plena de que, pela primeira vez desde as origens da humanidade, o desastre colossal que ele se negava a admitir há 32 anos é, hoje, nada mais que uma simples possibilidade científica. Diante desta realidade assustadora, que, através de todo o tempo humano deve ter parecido uma utopia, nós, os inventores de fábulas que acreditamos em tudo, nos sentimos no direito de acreditar que ainda não é demasiado tarde para nos lançarmos na criação da utopia contrária. Uma nova e arrasadora utopia da vida, onde ninguém possa decidir pelos outros até mesmo a forma de morrer, onde de verdade seja certo o amor e seja possível a felicidade e onde as estirpes condenadas a cem anos de solidão tenham, enfim e para sempre, uma segunda oportunidade sobre a terra.

(Gabriel García Márquez, 1982)

RESUMO

Esta monografia se propôs a realizar uma análise comparativa entre os procedimentos decisórios e deliberativos de dois tribunais: o Supremo Tribunal Federal (STF) e a Corte Constitucional da Colômbia (CCC) com o fim de responder à seguinte questão “A CCC possui elementos em seu processo decisório e deliberativo que podem ser incorporados pelo STF? Se sim, quais?”. Portanto, este trabalho avaliou uma possível reforma no desenho institucional do STF, visando pensar concretamente em mudanças que possam melhorar a qualidade de sua deliberação (fator primordial para a legitimidade de uma corte constitucional). Para que isso fosse feito, construiu-se, por meio da leitura das normas aplicáveis às duas cortes e de bibliografia dessa temática, categorias de elementos críticos dos processos decisório-deliberativos: a (i) distribuição prévia do voto do relator e a relação ministros-relator; o (ii) quórum para a deliberação e a decisão; a (iii) ordem da discussão e da votação; o (iv) tempo da sessão e do voto de cada ministro; a (v) publicidade do julgamento; e a (vi) elaboração da decisão escrita e disponibilização dos votos divergentes e concorrentes. A partir dessas categorias, foram identificados elementos que podem ser úteis para modificar a atual estrutura institucional do STF ou, pelo menos, repensá-la. Destacaram-se positivamente os seguintes elementos decisório-deliberativos: a distribuição prévia do voto do relator e da relação ministros-relator, a ordem da discussão e da votação, o tempo da sessão, e a elaboração e disponibilização dos votos divergentes e concorrentes. Com esses resultados, foi possível oferecer sugestões e pensar em críticas que podem ser feitas ao desenho institucional das duas cortes em termos de deliberação e tomada de decisão.

Palavras-chave: Supremo Tribunal Federal; Corte Constitucional da Colômbia; deliberação; processo decisório; desenho institucional; transplante institucional.

ABSTRACT

This term paper aimed at making a comparative analysis between the decision-making and deliberative procedures of two courts: The Brazilian Federal Supreme Court (“STF”) and the Colombian Constitutional Court (“CCC”) in order to answer the question: “Does the CCC have elements in its decision-making and deliberative process that can be incorporated by the STF? If so, which ones?”. Therefore, this work evaluated a possible reform in the institutional design of the STF in order to think concretely about changes that could improve its deliberation quality (which is a key factor for a constitutional court’s legitimacy). In order to achieve this goal, some categories of critical elements of the decision-making and deliberative procedures were developed through the study of the rules applied to both courts and the bibliography on this subject: (i) prior distribution of the rapporteur’s vote and the relation between justices and rapporteur; (ii) quorum for deliberation and decision; (iii) order of discussion and voting; (iv) duration of the plenary session and the vote of each justice; (v) publicity of the plenary session; and (vi) the elaboration of the written decision and the availability of divergent and competing votes. Through such categories, there were identified elements that could be useful to reform the current institutional structure of the STF or, at least, to rethink it. The following decision-making and deliberative elements were positively highlighted during this research: the prior distribution of the rapporteur’s vote and the relation between justices and rapporteurs, the order of discussion and voting, the duration of the plenary session and the elaboration and availability of divergent and concurrent votes. Therefore, it was possible to offer suggestions and criticisms that can be made to the institutional design of both courts regarding their deliberation and decision-making.

Key-words: Brazilian Federal Supreme Court; Colombian Constitutional Court; deliberation; decision-making procedure; institutional design; institutional transplant.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADI - Ação Direta de Inconstitucionalidade

CCC - Corte Constitucional da Colômbia

RICCC - Regimento Interno da Corte Constitucional da Colômbia (atualizado pelo Acordo 02 de 2015)

RISTF - Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal

STF - Supremo Tribunal Federal

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. METODOLOGIA	13
a. Por que a Corte Constitucional da Colômbia?	14
b. Qual a relevância da deliberação para as cortes constitucionais?	16
c. Demais escolhas metodológicas	19
3. CONHECENDO A CORTE CONSTITUCIONAL DA COLÔMBIA	20
4. ANÁLISE COMPARATIVA E DESCRITIVA DO PROCESSO DECISÓRIO- DELIBERATIVO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E DA CORTE CONSTITUCIONAL DA COLÔMBIA	22
a. Distribuição prévia do voto do relator e relação ministros-relator	23
b. Quórum para deliberar e decidir	24
c. Ordem da discussão e da votação.....	25
d. Tempo da sessão e do voto de cada ministro.....	26
e. Publicidade do julgamento	27
f. Elaboração da decisão escrita e disponibilização dos votos divergentes e concorrentes.....	28
5. BALANÇO CRÍTICO DOS ELEMENTOS DECISÓRIO-DELIBERATIVOS ..	29
a. Distribuição prévia do voto do relator e relação ministros-relator	29
b. Quórum para deliberar e decidir	30
c. Ordem da discussão e da votação.....	31
d. Tempo da sessão e do voto de cada ministro.....	32
e. Publicidade do julgamento	33
f. Elaboração da decisão escrita e disponibilização dos votos divergentes e concorrentes.....	36
6. CONCLUSÃO: A CORTE CONSTITUCIONAL DA COLÔMBIA POSSUI ELEMENTOS EM SEU PROCESSO DECISÓRIO-DELIBERATIVO QUE PODEM SER INCORPORADOS PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL?	38
REFERÊNCIAS.....	41

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar uma análise comparativa dos processos deliberativo e decisório de duas cortes: o Supremo Tribunal Federal (STF) e a Corte Constitucional da Colômbia (CCC). A partir dessa comparação, examinam-se quais elementos deliberativos e decisórios da CCC poderiam ser incorporados ao desenho institucional do STF, assim como quais a corte nacional deveria manter.

Por meio de um olhar que acredita na deliberação como um aspecto relevante na tomada de decisão de uma corte, o propósito é identificar lições valiosas dentro da realidade dessa corte estrangeira, bem como dar ênfase a eventuais qualidades que o próprio desenho institucional brasileiro possa ter. Isso porque, ao ampliar o universo de análise, muitas vezes restrito a cortes do Norte Global, é possível pensar em soluções diferentes e identificar problemas antes não considerados.

Assim, a pesquisa será apresentada em cinco pontos principais, quais sejam: (i) a metodologia adotada no trabalho; (ii) uma breve contextualização sobre a CCC, que possibilita uma melhor compreensão do objeto de estudo; (iii) uma descrição comparada de uma série de elementos decisórios e deliberativos das duas cortes; (iv) um balanço crítico desses elementos, pensando quais pontos negativos e positivos preponderam em cada corte; e, por fim, (v) a conclusão, com a síntese do que foi analisado e proposições que podem ser tiradas da pesquisa. Todos esses passos visam responder à seguinte questão: “a CCC possui elementos em seu processo decisório e deliberativo que podem ser incorporados pelo STF? Se sim, quais?”.

Na (i) metodologia, será justificada a escolha da Corte Colombiana como objetivo de estudo, assim como o porquê de se estudar a deliberação no contexto das cortes constitucionais. Ainda, apresentarei quais os materiais utilizados para a realização da pesquisa, as categorias de análise criadas a partir da bibliografia e das normas estudadas e os recortes que se fizeram necessários no decorrer do trabalho. Com isso, será possível compreender as seis categorias de elementos deliberativos e decisórios que servirão de ponto de partida para a análise: (a) a distribuição prévia do voto do relator e a relação ministros-relator; (b) o quórum para a deliberação e a decisão; (c) a ordem da discussão e da votação; (d) o tempo da sessão e do voto de cada ministro; (e) a publicidade do julgamento; e (f) a elaboração da decisão escrita e disponibilização dos votos divergentes e concorrentes.

No capítulo sobre a (ii) contextualização da CCC, apresentarei alguns fatores históricos e estruturais que construíram esse tribunal, bem como serão explicados pontos importantes para que se compreendam algumas particularidades da corte que não são tão óbvias dentro do contexto brasileiro.

No terceiro ponto, a (iii) descrição comparada dos elementos decisórios e deliberativos das duas cortes, a análise descritiva será feita por meio da leitura das normativas aplicadas aos tribunais nessa temática e da bibliografia estudada para o trabalho. Nesse primeiro momento de análise, serão descritos apenas os seis elementos categorizados, destacando suas diferenças, sem que seja realizado propriamente um juízo.

O segundo momento de análise será feito no quarto ponto, relativo ao (iv) balanço crítico dos elementos selecionados, com a apresentação de pesquisas, trabalhos e ideias que permitam um juízo quanto ao funcionamento de cada categoria e a possibilidade de incorporação de alguns desses elementos da Corte Colombiana. Em suma, serão colocados lado a lado os pontos positivos e negativos das duas cortes dentro desses elementos decisório-deliberativos, averiguando-se qual aspecto prepondera e é mais adequado para o STF.

Por fim, a (v) conclusão apresentará os principais pontos construídos dentro da análise, junto com ideias e proposições que podem ser absorvidas pela corte brasileira e por aqueles que desejam se engajar em estudos comparativos dentro da temática da deliberação dos tribunais.

2. METODOLOGIA

O método de pesquisa escolhido para este trabalho é o doutrinário *lege ferenda*, uma vez que o propósito é apresentar uma solução (resposta) a um problema existente. Assim, o objetivo da pesquisa é trazer reflexões que possam influenciar a prática e a reforma no âmbito do STF, pensando-se no desenho institucional relativo ao seu processo deliberativo e decisório. De modo a orientar esse objetivo, a pergunta que guia o trabalho é: “A CCC possui elementos em seu processo decisório e deliberativo que podem ser incorporados pelo STF? Se sim, quais?”.

Para a compreensão da metodologia e das escolhas de pesquisa realizadas, primeiro será justificada a (a) escolha da CCC como objeto de estudo, seguida da escolha da (b) deliberação como aspecto a ser observado nesse objeto. Ainda, serão explicadas (c) outras

opções metodológicas que foram feitas no decorrer da pesquisa, especialmente em relação ao arcabouço teórico e à construção das categorias de análise.

a. Por que a Corte Constitucional da Colômbia?

Ao tratarmos de modelos ou elementos a serem incorporados ao ordenamento jurídico brasileiro, geralmente tomamos como referência Estados situados no Norte Global, como a Alemanha, os Estados Unidos, a França, a Itália e o Reino Unido, os quais têm realidades culturais e jurídicas distintas da nacional.

Esse fenômeno muitas vezes consiste na realização de um transplante institucional, que é o movimento de leis e instituições jurídicas entre Estados¹, ou seja, uma importação de institutos jurídicos. A literatura de Direito e Desenvolvimento adverte quanto a possíveis problemas ao se realizar um transplante institucional, visto que importar um modelo estrangeiro de sucesso não necessariamente significa que esse transplante será bem-sucedido². Mesmo que essa importação seja bem-feita, a questão é que o enfoque acadêmico de inovação é majoritariamente direcionado aos países do Norte, sem que seja dada a devida atenção aos países da chamada “Periferia Global”. Esse vácuo de informação sobre a Periferia Global prejudica uma possível comparação com instituições que operam em contextos semelhantes aos nossos. Reflexões nesse mesmo sentido já foram feitas por autores como Herani³, David, Jauffret-Spinosi⁴, Grant⁵, Pegoraro⁶, Tusseau⁷, Vergottini⁸,

¹MILLER, Jonathan. A Typology of Legal Transplants: Using Sociology, Legal History and Argentine Examples to Explain the Transplant Process. **The American Journal of Comparative Law**, v. 51, n. 4, p. 839-885, 2003.

²PISTOR, Katharina. **G-24 Paper Series: The Standardization of Law and Its Effect on Developing Economies**. Geneva: United Nations, 2000.

BERKOWITZ, Daniel; PISTOR, Katharina; RICHARD, Jean-Francois. Economic development, legality, and the transplant effect. **European Economic Review**, v. 47, n.1, p. 165-195, 2003.

WATSON, Alan. From Legal Transplants to Legal Formants. **The American Journal of Comparative Law**, v. 43, n. 3, p. 469-476, 1995.

³HERANI, Renato Gugliano Gugliano. Crítica a los paradigmas clásicos de reconocimiento de la Justicia Constitucional. **Revista Jurídica da Presidência**, v. 21, n. 123, p. 289-316, 2019. Acesso em: 2 ago. 2019. Disponível em: <<https://revistajuridica.presidencia.gov.br/index.php/saj/article/view/1774>>.

⁴DAVID, René; JAUFFRET-SPINOSI, Camille. **Los grandes sistemas jurídicos contemporáneos**. 11. ed. Trad. Jorge Sánchez Cordero. México: UNAM, 2010.

⁵GRANT, James A. Clifford. Estudio comparativo de los sistemas de control de la constitucionalidad de leyes. **Impr. Universitária**, p. 121-130, 1947.

⁶PEGORARO, Lucio. **Giustizia costituzionale comparata: dai modelli ai sistemi**. Torino: G. Giappichelli, 2015.

⁷TUSSEAU, Guillaume. Más allá de los “modelos” de justicia constitucional, hacia una comparación pragmática. In: BAGNI, Silvia. **Justicia constitucional comparada**. México: Porrúa, 2014.

⁸VERGOTTINI, Giuseppe de. **Derecho constitucional comparado**. Trad. Claudia Herrera. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2004.

Santamaría⁹, com um olhar específico para o Direito Constitucional Comparado e seus modelos paradigmáticos, exportados do Norte Global.

Por isso, este trabalho é uma iniciativa que tem o intuito de contribuir para que tal lacuna seja minimamente reduzida, dispondo-se a olhar para um país vizinho e que partilha um contexto histórico e colonial que se aproxima do nosso. Isto, claro, sem desconsiderar que as mesmas limitações se aplicam quando tratamos de transplantes entre Brasil e Colômbia, e que as semelhanças entre os países não necessariamente esvaziam as dificuldades comparativas no âmbito jurídico.

O diálogo entre a CCC e a Corte Brasileira não é novo; recentemente, o STF julgou um caso que recebeu grande atenção acadêmica: o Estado de Coisas Inconstitucional do sistema carcerário brasileiro (Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental 347)¹⁰. A ação teve por base jurisprudência já desenvolvida na Corte Colombiana quanto ao chamado “estado de coisas inconstitucional”, teoria que foi inicialmente utilizada em um caso de violações de direitos de professores em um dado município em 1997¹¹ e, em 1998, adotada para a situação do sistema carcerário do país. Na *Sentencia T-153*, de 28 de abril de 1998, o foco foi a superlotação e as condições desumanas das penitenciárias nacionais de Bogotá e de Bellavista de Medellín, constatando-se um quadro generalizado de violações em toda a Colômbia por parte dos Três Poderes¹². A partir dessa construção, o requerente, o Partido Socialismo e Liberdade, desenvolveu a sua tese, a qual foi incorporada pelo STF. Independentemente do sucesso ou fracasso prático desses casos, tal diálogo foi importante ao se perceber um paralelo entre os contextos sociais dos dois países e a possibilidade de uso de uma teoria (o estado de coisas inconstitucional) para tentar resolvê-las.

Um recorte que é relevante salientar é que, diferentemente da CCC, o STF não é apenas uma corte constitucional, de modo que a análise que será aqui realizada levará em conta apenas a deliberação da corte brasileira nessa situação, para que a comparação seja mais aproximada.

⁹SANTAMARÍA, Rosember Ariza. Descolonización de prácticas judiciales constitucionales en Bolivia-Colombia. **Revista Direito & Práxis**, vol. 8, n. 4, p. 3004-3036, 2017. Acesso em: 20 out. 2019. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rdp/v8n4/2179-8966-rdp-8-4-3004.pdf>>

¹⁰TAQUARY, Eneida Orbage de Britto. LEÃO, Wangle Samuel Costa. O diálogo entre Colômbia e Brasil sobre o “Estado de coisas inconstitucional”. **Revista de la Secretaría del Tribunal Permanente de Revision**, n. 13, p. 193-212, 2019.

¹¹COLÔMBIA. Corte Constitucional. **Sentencia SU-559**, de 6 de novembro de 1997. Acesso em: 20 ago. 2019. Disponível em: <<https://www.corteconstitucional.gov.co/relatoria/1997/SU559-97.htm>>..

¹²*Id.* **Sentencia T-153**, de 28 de abril de 1998. Acesso em: 20 ago. 2019. Disponível em: <<https://www.corteconstitucional.gov.co/relatoria/1998/t-153-98.htm>>.

Com a proposição de uma análise comparativa desse tribunal estrangeiro, não se pretende desenvolver um olhar acrítico sobre essa corte, sendo perceptíveis as diversas críticas feitas à CCC quanto ao seu ativismo judicial¹³, por exemplo. Entretanto, é importante destacar que a análise não será jurisprudencial, e sim direcionada para o desenho institucional dos procedimentos de deliberação e de decisão dentro da CCC. Portanto, o objetivo deste trabalho é encontrar nos diversos “elementos institucionais” da Corte Colombiana exemplos positivos ou negativos para uma possível reforma do desenho institucional do STF nessa matéria.

b. Qual a relevância da deliberação para as cortes constitucionais?

Para que seja realizada a análise comparada dos procedimentos decisório e deliberativo, serão adotadas como ponto de partida as seguintes premissas: (i) uma corte que efetivamente delibera pode trazer decisões mais bem fundamentadas e, (ii) na sua formulação, diferentes argumentos puderam ser contrapostos, superados ou incorporados. Ainda, presume-se que (iii) essa decisão, dependendo da forma como é estruturada, pode viabilizar maior segurança jurídica quanto ao resultado e ao precedente criado, assim como assegurar a clareza e transparência do que foi decidido.

Ao ser adotada tal premissa, não se está negando a hipótese de que, ainda que uma corte possua um bom desenho institucional que incentive a deliberação, essa deliberação não aconteça de maneira adequada e positiva. Isso porque nem sempre o desenho institucional será capaz de controlar uma das variáveis mais complexas e imprevisíveis: o ser humano, que não só inclui os juízes ou ministros de uma Corte Constitucional, mas também todos os funcionários públicos, advogados e a população envolvidos nos casos. A forma como cada um desses agentes reage às normas institucionais pode modificar de modo relevante a qualidade do resultado e da deliberação, tendo em vista que todos estão dentro de uma cultura jurídica e/ou institucional específica.

A percepção da relevância da deliberação nas cortes constitucionais não é algo recente ou pouco debatido. Conrado Hübner Mendes aponta como, gradualmente, as cortes constitucionais passaram a ocupar um espaço político importante, em contraste com o seu papel de proteção e implementação de direitos, em face do plano de fundo da política

¹³LIZARAZO-RODRÍGUEZ, Liliana. Constitutional adjudication in Colombia: avant-garde or case law transplant? A literature review. **Revista Estudos Socio-Jurídicos**, v. 13, n.1, p. 145-182, 2011.

eleitoral. Em razão disso, passou-se a questionar a legitimidade democrática da revisão constitucional, em que juízes não eleitos controlam decisões de representantes parlamentares. Tal fator fez com que a teoria constitucional buscasse renovar o discurso que justifica essa atuação das cortes¹⁴.

Segundo esse autor, uma das defesas mais significativas de tal tese aponta que as cortes constitucionais são afastadas da competição eleitoral para garantir pré-condições igualitárias para a política majoritária e, especialmente, são fóruns deliberativos de um tipo distinto. Esse tipo de fórum deliberativo seria a melhor alternativa para o oferecimento de justificativas públicas e de princípios, ou seja, para exercer autoridade pelo poder de bons argumentos, em vez de apenas por meio de meros números¹⁵.

Virgílio Afonso da Silva comenta que a revisão constitucional se torna mais legítima quanto melhores são as normas organizacionais internas e as práticas costumeiras da corte¹⁶. A qualidade da deliberação nas cortes é utilizada como uma das fontes da legitimidade na revisão judicial em instituições que não contam com legitimidade democrática. Assim, tal autor cita discurso de Sieyès frente à Assembleia Nacional Francesa em 1789, que traduz esse ideal de maneira bem direta:

Quando nos juntamos, é para deliberar, para saber as opiniões de cada um, de nos beneficiarmos da iluminação recíproca, para confrontar as vontades pessoais, para modificá-las, harmonizá-las e, por fim, chegar a um resultado que é comum para a pluralidade.¹⁷(tradução nossa)

Silva, a partir do trabalho de Fearon, traz algumas das vantagens da deliberação, ou seja, aquilo que não seria possível atingir (ou seria mais dificultoso fazê-lo) apenas pelos métodos agregativos¹⁸. Fearon destaca seis justificativas por que as pessoas discutem antes de tomarem decisões: (1) para revelar informações privadas (o que Silva entende como “compartilhamento de informações antes não compartilhadas”), (2) diminuir ou superar o

¹⁴MENDES, Conrado Hübner. **Constitutional Courts and Deliberative Democracy**. Oxford: Oxford University Press, 2013.

¹⁵*Ibid.*

¹⁶SILVA, Virgílio Afonso da. **Deciding Without Deliberating**. *International Journal of Constitutional Law*, v. 11, n. 3, p. 3, 2013.

¹⁷“When we get together, it is to deliberate, to know the opinions of each other, to benefit from reciprocal enlightenment, to confront the personal wills, to modify them, to harmonize them, and ultimately to reach a result which is common to the plurality.” SIEYÈS, Emmanuel Joseph. Discours (7 Sept. 1789). In: MADIVAL, M. J.; LAURENT, E.; CLAVEL, E. (Eds.). **Archives Parlementaires—Première Série (1789–1799)**, v. 8, n. 595, 1875.

¹⁸Modelos agregativos, pensando nas cortes constitucionais, seriam aqueles que decidem através de uma somatória de votos individuais, não através de uma deliberação com trocas discursivas entre os julgadores e que resulta em uma opinião conjunta.

impacto da limitação da racionalidade, (3) forçar ou encorajar um modo particular de justificação de demandas ou alegações, (4) ajudar a tomar a melhor escolha legítima aos olhos do grupo, (5) melhorar as qualidades morais ou intelectuais dos participantes e (6) fazer a coisa certa independentemente das consequências da discussão. No artigo em questão, o autor brasileiro foca nas duas primeiras vantagens.

Desse modo, o autor apresenta que, antes de proferirem seus votos, os membros do grupo (a corte colegiada) tiveram não apenas a oportunidade de saber as informações às quais os outros membros tiveram acesso, mas também conhecer a opinião de cada um no assunto em discussão¹⁹. Isso se justifica, pois, no mundo real, os indivíduos que realizam as decisões nunca podem apropriar-se de ou acessar toda a informação necessária: as informações são fragmentadas e incompletas. É no processo de troca de evidências relacionada à proposição de soluções que os indivíduos descobrem informações que antes não possuíam²⁰. Portanto, tal autor vê na deliberação um procedimento essencial para informar-se²¹.

Assim, entende que o debate sobre a legitimidade das cortes costuma ser monolítico, ao observar as cortes sem que seja feita qualquer diferenciação quanto aos seus variados arranjos institucionais ou práticas internas diferentes, os quais podem incentivar ou prejudicar a deliberação²². Silva alega que a legitimidade da revisão judicial depende, entre outros fatores, do potencial das cortes em serem *locus* de deliberação racional. Toda comparação entre quaisquer cortes (no seu caso, o Tribunal Constitucional Federal da Alemanha e a Suprema Corte dos Estados Unidos) parte da fórmula de que, quanto mais normas internas organizacionais e práticas costumeiras de uma corte funcionarem como incentivos para a deliberação racional, mais legítima será a revisão judicial por ela realizada. Nesse sentido, toma-se como certa a ideia de que uma melhor performance deliberativa resulta em uma corte com maior qualidade argumentativa.

Com isso, o ideal de colegialidade para Silva tem as seguintes implicações: disposição para trabalhar como um time, ausência de hierarquia entre os componentes (os argumentos de cada ministro devem ser considerados com o mesmo valor), disponibilidade para ouvir argumentos dos pares, cooperação no processo decisório, respeito mútuo e disposição para falar como instituição e não como indivíduo (uma deliberação que visa ao consenso). Para

¹⁹SILVA, Virgílio Afonso da. Deciding Without Deliberating. **International Journal of Constitutional Law**, v. 11, n. 3, p. 557-584, 2013.

²⁰MANIN, Bernard; STEIN, Elly; MANSBRIDGE, Jane. On Legitimacy and Political Deliberation. **Political Theory**, v. 15, n.3, p. 338-368, 1987.

²¹SILVA, Virgílio Afonso da. Deciding Without Deliberating. **International Journal of Constitutional Law**, v. 11, n. 3, p. 557-584, 2013.

²²*Ibid.*

ele, quanto mais presentes estiverem esses elementos, melhor será o potencial deliberativo de determinada corte²³. Tal concepção em muito depende daqueles que compõem o tribunal, sendo uma abordagem que vai além da limitação normativa. No entanto, é importante apresentá-la, visto que são fatores que podem influenciar no sucesso deliberativo de determinado tribunal.

Diante do exposto, este trabalho não objetiva fazer um mapeamento do debate sobre a relevância da deliberação para as cortes. Pelo contrário, assume como base teórica uma corrente que enxerga valor na deliberação, para que, assim, seja possível dar um passo em direção ao objeto da pesquisa: os elementos da deliberação e da tomada de decisão.

c. Demais escolhas metodológicas

A princípio, a pesquisa seria efetuada por meio de artigos e outras publicações acadêmicas que tivessem críticas e reflexões sobre os elementos das duas cortes; mas, no decorrer da busca, percebeu-se que o lado colombiano não contaria com suporte bibliográfico suficiente para isso. A procura envolveu não apenas mecanismos de busca de artigos e trabalhos científicos, mas também o contato com autores colombianos e estudiosos da América Latina pela ótica do Direito Constitucional Comparado²⁴. Além disso, entrou-se em contato com a própria CCC através do seu canal de transparência²⁵.

A partir dessas experiências, constatou-se que, apesar de serem feitas inúmeras críticas à atuação da CCC, os trabalhos que foram encontrados sequer abordavam o desenho institucional em termos de decisão e deliberação e, quando o faziam, limitavam-se a uma

²³SILVA, Virgílio Afonso. Deciding Without Deliberating. *International Journal of Constitutional Law*, v. 11, n. 3, p. 557-584, 2013.

²⁴Foram consultados, entre outros, os seguintes meios de busca de artigos, dissertações e livros: Biblioteca Digital da FGV Direito SP, Scielo, HeinOnline, JStor, Google Acadêmico, Biblioteca Digital Lex, LexML Brasil, RT Online, Repositório Digital FGV, Revista Estudios Sociojurídicos (Universidad del Rosario), Revista de Derecho (Universidad del Norte), El Otro Derecho (ILSA), Pensamiento Político (Universidad Nacional), Pensamiento Jurídico (Universidad Nacional), Harvard DASH, Estudios de Derecho (Universidad de Antioquia), Universidad de Los Andes, USP, PUC, UnB. Os sites colombianos foram indicações dos acadêmicos estrangeiros consultados por *e-mail* durante a realização do trabalho (Luisa Fernanda Garcia Lozano, David Landau, César Rodríguez Garavito, Gerardo Antonio Durango Alvarez).

²⁵O *site* da CCC tem uma seção que informa os meios para entrar em contato e tirar dúvidas em relação à corte. No caso em questão, utilizei a seção de “transparência”, que disponibiliza os seguintes endereços eletrônicos: *Presidencia*: presidencia@corteconstitucional.gov.co

Secretaría General: secretaria1@corteconstitucional.gov.co

Relatoría: relatoria@corteconstitucional.gov.co

Nesse contato, pedi indicações de textos que pudessem informar os procedimentos de deliberação da corte, recebendo como resposta as normas nacionais que tratam dessa matéria.

Tal seção está disponível em: <<https://www.corteconstitucional.gov.co/Transparencia/>>

descrição em poucos parágrafos, sem juízos mais aprofundados quanto ao seu funcionamento.

Face à constatação da escassez de fontes, o terceiro momento desta pesquisa, relativo à descrição comparada das duas cortes, foi feito através da análise das normas aplicadas a esses tribunais (os regimentos internos das cortes e outras normativas que regulamentam a temática), contando com algumas explicações que a bibliografia consultada pôde oferecer.

Ainda, em resposta a essa dificuldade, o quarto momento da pesquisa envolveu juízos quanto aos pontos positivos e negativos dos elementos institucionais de cada corte, misturando-se a perspectiva de outros autores que já abordaram a mesma temática (referenciados no decorrer da monografia) com ideias provenientes deste trabalho. Justamente por não haver tantas referências colombianas, abriu-se espaço para o uso de conceitos presentes em trabalhos sobre outros tribunais (em geral, o próprio STF) como ferramenta para o balanço crítico da CCC. Tendo em vista que vários autores que estudam a deliberação nas cortes constitucionais costumam abordar aspectos que também concernem à CCC²⁶, essa escolha não foi prejudicial.

Diante do exposto, considerando a pergunta de pesquisa “A CCC possui elementos em seu processo decisório e deliberativo que podem ser incorporados pelo STF? Quais?” e a leitura das normas e da bibliografia sobre esse tema nas duas cortes, foram construídas seis categorias de elementos decisórios-deliberativos: (a) a distribuição prévia do voto do relator e a relação ministros-relator; (b) o quórum para a deliberação e a decisão; (c) a ordem da discussão e da votação; (d) o tempo da sessão e do voto de cada ministro; (e) a publicidade do julgamento; e (f) a elaboração da decisão escrita e disponibilização dos votos divergentes e concorrentes. Guiadas pelas premissas que viabilizam ou inviabilizam um bom processo deliberativo, essas categorias contêm elementos da deliberação e decisão desses tribunais que podem facilitar um olhar mais concreto e objetivo nessa temática.

3. CONHECENDO A CORTE CONSTITUCIONAL DA COLÔMBIA

A CCC foi criada pela atual Constituição do país, a de 1991. Anteriormente, cabia à Suprema Corte de Justiça decidir questões constitucionais, as quais passaram a ser

²⁶Por exemplo, foi feita menção ao funcionamento de cortes com deliberações privadas ou fechadas, o que vai ao encontro do desenho institucional da Corte Colombiana.

competência da CCC. Ainda, tal Constituição se propôs a tratar de uma gama gigantesca de assuntos, promovendo, acima de tudo, direitos e liberdades dos cidadãos, o que potencializou a judicialização das matérias no Judiciário, especialmente na Corte Constitucional²⁷.

A composição desse Tribunal é determinada no art. 239 da Constituição da Colômbia, juntamente com o art. 44 da Lei 270 de 1996 (Lei da Administração da Justiça), pelos quais a Corte Constitucional deve ter um número ímpar de membros, sendo hoje integrada por nove magistrados. A eleição dos magistrados é feita pelo Senado da República a partir de três listas com nomes de indicados de diferentes especialidades do Direito, que são apresentadas pelo Presidente da República, pela Corte Suprema de Justiça e pelo Conselho de Estado (art. 239 da Constituição e art. 44 da Lei 270 de 1996). O Senado deve eleger um magistrado de cada lista para que se assegure uma diversidade de especialidades na composição do tribunal. Cada magistrado possui um mandato individual de oito anos, não havendo possibilidade de reeleição.

Historicamente, os magistrados da CCC estão ou estiveram envolvidos com o meio acadêmico, sendo considerados, por alguns autores, figuras independentes e afastadas de interesses políticos. Além disso, um número significativo dos ministros atuou como conselheiro na Assembleia Nacional Constituinte²⁸.

As atribuições sobre a competência e o funcionamento da Corte encontram-se em três textos normativos: o Decreto nº 2.067 de 1991, que dita o regime procedimental dos juízes e atuações ante à Corte Constitucional, o Decreto nº 2.591 de 1991, com normas sobre a ação de *tutela*²⁹, e o Acordo 02 de 2015 (RICCC), que unifica e atualiza o Regimento Interno da Corte Constitucional. Tais normas estabelecem, por exemplo, que as reuniões da *Sala Plena*

²⁷YEPES, Rodrigo Uprimny. A judicialização da política na Colômbia: casos, potencialidades e riscos. **Sur - Revista Internacional de Direitos Humanos**, v. 4, n. 6, p. 52-69, 2007. Acesso em: 2 ago. 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-64452007000100004&lng=en&nrm=iso>.

²⁸GONZALEZ, Diego Andres. The Colombia Constitutional Court: Building Legitimacy in its First Period. Constitutional Court of Colombia. **Universidad Externado**. Acesso em: 2 ago. 2019. Disponível em: <https://www.law.uchicago.edu/files/Session%20VI_Gonzalez.pdf>.

²⁹“Tutela” é o termo utilizado na Colômbia para um recurso de amparo que visa à proteção de direitos constitucionais fundamentais. Tal recurso pode ser apresentado para qualquer juiz e é decidido em poucos dias, podendo a Corte Constitucional revisar o amparo de forma discricionária para firmar jurisprudência sobre direitos fundamentais. As sentenças em ações de tutela são expedidas pelas Salas de Revisão, integradas cada uma por três magistrados (exceto em caso de unificação da doutrina constitucional sobre as ações de tutela, quando há a participação da Sala Plena). cf. YEPES, Rodrigo Uprimny. A judicialização da política na Colômbia: casos, potencialidades e riscos. **Sur - Revista Internacional de Direitos Humanos**, v.4, n.6, p. 52-69, 2007.

Acesso em: 2 ago. 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-64452007000100004&lng=en&nrm=iso>

(o Pleno da Corte Colombiana) são feitas no lugar da sua sede oficial, na capital da Colômbia, em Bogotá (art. 6º do RICCC).

Na Colômbia, o controle da constitucionalidade das leis é concentrado na CCC, a qual atua a partir do pedido de qualquer cidadão colombiano. Mesmo assim, a Corte também pode atuar de ofício. Quando acionado, o Tribunal pode pronunciar-se pela (i) declaração de inexecutabilidade (*inexecutable*) ou inconstitucionalidade simples e pela (ii) declaração de executabilidade (*executable*) ou constitucionalidade simples. Como há formas de manifestação mais complexas, dá-se a essas declarações o complemento de “simples”, já que não preveem, por exemplo, modulações³⁰.

No (i) primeiro tipo de declaração, a Corte atuaria como legislador negativo, determinando que a norma ou disposição objeto da revisão não se ajusta à Constituição, de modo que cabe a sua exclusão do ordenamento jurídico. O (ii) segundo tipo demonstra que a norma ou disposição é conforme à Constituição. Visto que as sentenças, em geral, produzem efeitos para o futuro (*ex nunc*), quando há modulações temporais, é possível haver retroatividade, aplicando-a a fatos ocorridos anteriormente à declaração de inconstitucionalidade, ou adiar no tempo, fazendo com que a declaração de inconstitucionalidade apenas tenha efeitos uma vez transcorrido certo prazo³¹.

As modulações quanto ao conteúdo podem ser de três tipos: interpretativas ou condicionadas, integradoras ou aditivas e substitutivas. Assim, determinam ou condicionam o sentido da interpretação de um enunciado, integram premissas omitidas e substituem seções legais para a sua adequação ao disposto na Constituição, respectivamente³².

4. ANÁLISE COMPARATIVA E DESCRITIVA DO PROCESSO DECISÓRIO-DELIBERATIVO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E DA CORTE CONSTITUCIONAL DA COLÔMBIA

Após a introdução à CCC, cabe agora entrar em maiores detalhes quanto a algumas ferramentas do desenho institucional desta corte e do STF que podem ser colocadas lado a lado para uma comparação. O parâmetro adotado é o quanto determinada característica do

³⁰ÁLVAREZ, Durango A. Gerardo; HERAZO, Garay José Kennier. El control de constitucionalidad y convencionalidad en Colombia. *Revista Prolegómenos Derechos y Valores*, v. 18, n. 36, p. 99-116, 2015.

³¹*Ibid.*

³²*Ibid.*

desenho institucional de cada tribunal viabiliza ou não uma boa decisão e deliberação. Esses elementos foram retirados da bibliografia utilizada neste trabalho, bem como de aspectos do procedimento da CCC que considere relevantes para se discutir sobre os procedimentos decisórios e deliberativos.

Ainda, como a Colômbia possui duas cortes, uma constitucional - objeto deste trabalho - e outra corte recursal de última instância (*Corte Suprema de Justicia de Colombia*), o olhar para o STF será centrado na sua função enquanto corte constitucional, para que assim possa ser feita uma comparação mais aproximada e justa.

Portanto, essas são as categorias a serem abordadas nesta seção: (a) distribuição prévia do voto do relator e a relação ministros-relator; (b) quórum para a deliberação e a decisão; (c) ordem da discussão e da votação; (d) tempo da sessão e do voto de cada ministro; (e) publicidade do julgamento; e (f) elaboração da decisão escrita e disponibilização dos votos divergentes e concorrentes.

a. Distribuição prévia do voto do relator e relação ministros-relator

As atribuições do relator no STF estão definidas nos artigos 21 e 22 do Regimento Interno do STF (RISTF), sem indicar ou exigir que o ministro relator compartilhe o seu voto com antecedência. Desse modo, a distribuição antecipada do voto depende da iniciativa do ministro, sem haver alguma norma que o determine. Na maioria dos casos, o voto do relator somente será acessado enquanto ele o lê na sessão ou o disponibiliza após o julgamento.

Na Colômbia, o *ponente* ou relator é responsável por realizar o projeto de decisão (*proyecto de fallo*)^{33,34}. O regimento da corte indica que cópias do texto desse projeto de decisão e outras providências sejam entregues a cada um dos magistrados com antecedência em relação à data da sessão. Essa tarefa é função do Secretário da Corte, que recebe do relator um exemplar para a realização das cópias (art. 31 do RICCC).

³³Nas normas relativas à CCC, são utilizados dois termos semelhantes na tradução para o português, mas com significados diferentes: o *proyecto de fallo* e o *proyecto de sentencia*. O *proyecto de fallo*, que optei por traduzir como “projeto de decisão”, consiste no texto elaborado pelo relator (*ponente*), antes de realizada a deliberação. O *proyecto de sentencia*, traduzido como “projeto de sentença”, é o texto resultante da deliberação.

³⁴Como será melhor explicado no decorrer da monografia, a CCC não publica votos separados, e sim uma posição da corte, a princípio escrita pelo relator (por isso, “projeto”) e eventuais votos divergentes e concorrentes com o posicionamento da corte. Seria errado entender o projeto de sentença como um simples voto do relator, já que ele idealiza a deliberação a ser efetuada e a decisão que será tomada pelo colegiado. Mesmo assim, na comparação com o STF, optou-se por essa terminologia.

Entre a apresentação do projeto de decisão e a deliberação da Corte deve transcorrer um prazo mínimo de cinco dias, exceto se se tratar de decisão sobre objeções a projetos de lei ou casos de urgência nacional (art. 32 do RICCC).

Antes da discussão, os magistrados têm um prazo de dez dias a partir da entrega da cópia do projeto de decisão para que formulem observações por escrito em formato unificado (art. 33 do RICCC).

Além disso, os ministros podem comunicar ao relator suas ideias sobre o assunto que é objeto de estudo, para que este as avalie e, considerando-as pertinentes, leve em conta na elaboração do projeto de sentença que será redigido após a deliberação (art. 32 do RICCC).

b. Quórum para deliberar e decidir

O quórum para reunião no Plenário do STF é de, no mínimo, seis ministros, e o quórum para a votação de matéria constitucional é de oito ministros (art. 143 do RISTF). A declaração de constitucionalidade ou inconstitucionalidade de lei ou ato normativo é feita por maioria qualificada (art. 101 do RISTF). No caso do quórum, na prática, não é necessário que os ministros permaneçam na sala a sessão inteira.

Como previsto na Lei da Ação Direta de Inconstitucionalidade (art. 23 da Lei nº 9.868/1999) e em precedente do STF (Ação Direta de Inconstitucionalidade 3937³⁵), quando os seis votos não são atingidos, a decisão final não possui efeito vinculante.

A Corte Colombiana também adota a maioria absoluta para as decisões (exceto casos dispostos em lei). Entretanto, caso um ou mais magistrados entendam ser fundamental que um assunto seja discutido por consenso, a *Sala Plena* fará “o apropriado” para que isso ocorra, de modo que a decisão não poderá ser produzida antes da sessão ordinária seguinte (quando os termos constitucionais e legais assim o permitirem). Sem o consenso, aplica-se a regra geral sobre maiorias (art. 3º do RICCC). A partir da leitura das normas colombianas não há clareza quanto ao que seria o “apropriado” para atingir o consenso, mas se entende que os magistrados devem almejar a unanimidade no momento da discussão.

³⁵A ADI 3937, julgada em 2017 pelo STF, determinou que, ao não ser atingido o quórum de seis votos disposto no art. 97 da Constituição Federal, a decisão resta sem eficácia vinculante. No caso, como não foi atingida a maioria necessária, não se declarou a inconstitucionalidade do art. 2º da Lei 9.095/1995, relativa à proibição do uso do amianto em São Paulo.

c. Ordem da discussão e da votação

i. Discussão

No STF, após as partes do processo se manifestarem, cabe ao relator apresentar o seu relatório e, em seguida, seu voto. De acordo com o art. 133 do RISTF, cada ministro poderia falar até duas vezes sobre o assunto em discussão e, caso necessário, mais uma vez para explicar a modificação do voto. Para falar, é preciso haver autorização do Presidente, sem que seja permitido interromper o ministro que estiver usando a palavra (salvo para apartes, quando forem solicitados e concedidos), nos termos do RISTF.

Na CCC, após a manifestação das partes, o relator realiza uma explicação oral do conteúdo do relatório. O art. 34 do RICCC determina que, havendo vários estudos ou informes, sua explicação será feita na ordem alfabética dos sobrenomes de seus autores.

Depois da apresentação do relator, os demais magistrados expõem oralmente ou leem as razões de suas opiniões, cabendo ao Presidente conceder a palavra àquele que desejar apresentar suas observações (art. 34 do RICCC). Assim como no STF, não há necessidade de ter um voto redigido, bastando apresentar uma fala ou complemento ao que foi dito pelos demais ministros.

O debate é considerado esgotado quando, ouvidos aqueles que desejarem intervir e anunciado pelo Presidente o encerramento da discussão, mais nenhum magistrado pedir a palavra para dar continuidade (art. 34 do RICCC).

ii. Votação

O regimento interno da Corte Brasileira, em seu art. 135, coloca que somente após o debate oral é que o Presidente toma os votos do relator, do revisor (caso houver) e dos demais ministros na ordem inversa de antiguidade. Caso haja autorização do Presidente, os ministros poderão antecipar seus votos (§1º, art. 135, RISTF) e, encerrada a votação, o Presidente irá proclamar a decisão adotada pela corte (§2º, art. 135, RISTF).

Conforme o art. 173 do RISTF, a votação realizada no Plenário tem como resultado a inconstitucionalidade ou constitucionalidade do preceito ou ato impugnado. Os votos são,

portanto, contados levando-se em conta o “resultado final” da decisão³⁶. Assim, mesmo que os ministros possuam razões diferentes para uma determinada decisão, se o resultado final for o mesmo, assim será contabilizado³⁷. Caso o relator seja vencido na votação, caberá ao revisor redigir o acórdão (§3º, art. 135, RISTF). Em geral, o relator para o acórdão é o que proferiu o primeiro voto dissidente.

Na Corte Colombiana, as votações podem ser do tipo ordinário, nominal ou secreto. As ordinárias realizam-se com qualquer manifestação externa inequívoca que indique assentimento por parte dos magistrados à pergunta feita pelo Presidente. Caberá a ele a indicação em cada caso da manifestação, sendo essa a situação mais frequente. A votação nominal é aquela na qual o secretário chama o nome dos magistrados que se encontram em uma lista. Dito seu nome, o magistrado deve dizer “sim” ou “não”, o que será publicado na ata. Esse tipo de votação ocorre quando solicitado por algum magistrado. A votação secreta é feita por papel e ocorre apenas em caso de eleições (art. 35 do RICCC), assim como no STF.

Encerrado o debate na CCC, inicia-se a votação. Primeiro é votada a parte resolutiva (o resultado) e, depois, a parte de motivos (razões) ou sobre as conclusões do informe (art. 34 do RICCC). A parte resolutiva exige a aprovação da maioria absoluta dos votos, enquanto a parte de motivos pode ser aprovada por maioria relativa. Para a aprovação de informes de comissão e demais documentos, é requerida maioria absoluta.

Caso o projeto principal não obtenha um mínimo de votos na *Sala Plena*, o processo passará para o magistrado (em ordem alfabética de sobrenome) do grupo de magistrados do voto majoritário, para que esse redija o novo projeto ou a sentença definitiva, na qual será exposta a tese da maioria. O magistrado relator original poderá conservar a relatoria quando fizer parte da maioria nas decisões principais do caso.

d. Tempo da sessão e do voto de cada ministro

O RISTF determina que o julgamento, uma vez iniciado, deverá ser encerrado na mesma sessão, mesmo que excedida a hora regimental (art. 139, RISTF). Não há disposições

³⁶VOJVODIC, Adriana de Moraes *et al.* A construção das decisões na jurisdição constitucional: atores e deliberação no Supremo Tribunal Federal. In: DE CARVALHO, Flávia Martins; VIEIRA, José Ribas (Coord.). **Desafios da constituição: democracia e estado no século XXI**, Rio de Janeiro: UFRJ, 2011, p. 73-91.

³⁷*Ibid.*

quanto a um limite de tempo para a manifestação de cada ministro ou do relator. Na prática, entretanto, o julgamento é suspenso quando se alongar por muito tempo.

As normas que regem a CCC determinam que as sessões não podem prolongar-se mais de quatro horas, salvo se a *Sala Plena* declarar-se em sessão permanente (art. 29, RICCC).

Durante as deliberações, o Presidente da Corte concederá maior tempo àqueles que desejarem intervir na discussão. Por razões de evidente urgência, o número de intervenções pode ser limitado a duas para cada magistrado e a vinte minutos para cada um (art. 30 do RICCC).

e. Publicidade do julgamento

O RISTF, juntamente com o art. 93, IX da Constituição Federal de 1988 e o art. 11 do Código de Processo Civil, determinam que as sessões da Corte devem ser públicas. Entretanto, o art. 124 do RISTF aponta que, quando o regimento determinar, ou o Pleno/Turma assim o deliberar, elas poderão ser secretas.

Uma característica da Corte Brasileira é a transmissão ao vivo dos julgamentos no Plenário. A TV Justiça foi criada por meio da Lei nº 10.461/02, sancionada pelo ministro Marco Aurélio, enquanto presidente interino da República. O STF foi a primeira corte a televisar ao vivo sessões de julgamento plenário, iniciando-o em 11 de agosto de 2002³⁸.

Já a Corte Colombiana tem deliberações de caráter reservado. No entanto, a partir de disposição da *Sala Plena*, as sessões podem ser gravadas pelo Secretário Geral (art. 1º do RICCC). Ainda, as atas da sessão são públicas (art. 54 da Lei 270 de 1996).

De tudo o que acontece durante a sessão, é feito um resumo na ata, enquanto que, da exposição dos magistrados, é feito um outro resumo, se exigirem e apresentarem a exposição por escrito (art. 37 do RICCC). A divulgação do resultado dos projetos e das providências tomadas na *Sala Plena* antes que sejam assinados por todos os magistrados constitui falta grave, sancionável conforme a lei (art. 38 do RICCC).

³⁸VALE, André Rufino do. **Argumentação constitucional: um estudo sobre a deliberação nos tribunais constitucionais**. 2015. 415 f., il. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade de Brasília/Universidad de Alicante, Brasília, 2015. Acesso em: 10 dez. 2019. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/18043/3/2015_AndreRufinodoVale.pdf>

f. Elaboração da decisão escrita e disponibilização dos votos divergentes e concorrentes

No Brasil, o acórdão do STF consiste em um compilado de votos individuais escritos, sendo composto pelo relatório, dispositivo decisório, extrato de ata, o voto do relator e o voto dos demais ministros, além de outros elementos, como a transcrição de debates que ocorreram na sessão de julgamento³⁹. O resultado, portanto, fica expresso como uma mera soma, podendo significar também a presença de *ratio decidendi* divergente entre ministros que votaram por um mesmo resultado. A ementa teria a função de expor uma orientação do tribunal, consistindo em um “resumo” da decisão colegiada, com a síntese da posição vencedora, seus fundamentos e, algumas vezes, divergências relevantes⁴⁰.

Ainda, os votos dos ministros são divulgados independentemente da sua concordância ou discordância com o resultado vencedor. O acórdão disponibilizado não organiza os votos conforme seu posicionamento, nem há necessariamente um diálogo direto entre o voto vencido e o vencedor.

Na CCC, adota-se o modelo *per curiam*, de modo que se obtém por escrito a “opinião da corte” realizada a partir da deliberação colegiada⁴¹. Publica-se o “voto” vencedor, materializado como a opinião da corte, sendo, portanto, uma síntese daquilo que foi decidido. Além disso, há a possibilidade de publicação, caso seja desejo do magistrado, de dois tipos de voto: a *aclaración de voto* e o *salvamento de voto* (art. 47 da Lei 270 de 1996, Lei da Administración da Justiça). A *aclaración* significa uma concordância com o resultado vencedor, mas que pretende esclarecer ao complementar ou interpretar de forma distinta algo trazido na decisão da corte. O *salvamento* é a discordância em qualquer nível com o que foi decidido.

³⁹KLAFKE, Guilherme Forma. Os Acórdãos do STF como documentos de pesquisa e suas características distintivas. **FGV Direito SP Research Paper Series**, n. 132, out. 2015. Acesso em: 10 dez. 2019. Disponível em: <https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2676292>.

⁴⁰AGUIAR JÚNIOR, Ruy Rosado. Ementas e sua técnica. **Revista de Doutrina da 4ª Região**. Porto Alegre, n. 27, dez. 2008.

⁴¹LUBBE WOLFF, Gertrude. La cultura de la deliberación en las Cortes Constitucionales. **Revista Argentina de Justicia Constitucional**, n. 2, 2016.

5. BALANÇO CRÍTICO DOS ELEMENTOS DECISÓRIO-DELIBERATIVOS

A partir das categorias apresentadas na seção anterior, irei elaborar um panorama de pontos positivos e negativos que podem ser extraídos dos dois modelos descritos. Tal panorama será composto tanto por críticas apresentadas pelos autores e autoras consultados para este trabalho, como com base nas ideias desenvolvidas no decorrer dos estudos para a monografia.

a. Distribuição prévia do voto do relator e relação ministros-relator

Com a observação dos regimentos internos das duas cortes, foi perceptível como, no caso da distribuição prévia do voto do relator, o regimento do STF não tem disposições nessa matéria. Assim, não há uma proibição para que isso aconteça, mas também não existe uma determinação institucionalmente positivada para que se incentive esse tipo de atitude.

Conforme a pesquisa de Rufino do Vale, que contou com entrevistas com os ministros do STF, percebeu-se que, recentemente, alguns poucos ministros, quando relatores, passaram a distribuir seus votos entre os colegas em situações envolvendo casos de maior complexidade e repercussão⁴². Mesmo assim, conclui-se que a prática é pouco eficaz, já que alguns ministros se mostraram desfavoráveis e inflexíveis quanto a essa prática, preferindo manter o segredo de seus votos.

Portanto, vê-se como um ponto positivo o fato de a CCC ter um regramento que estabeleça essa antecipação. Aqui, o pressuposto é que um acesso antecipado é benéfico para a realização de um bom julgamento colegiado, já que os ministros podem informar-se melhor, antes mesmo de elaborarem seus votos e participarem da deliberação.

Em pesquisa realizada por Silva, alguns dos ministros entrevistados relataram que receber o voto do relator anteriormente à sessão seria algo proveitoso. Os benefícios envolveriam ganho de tempo e menor acúmulo de trabalho para os demais ministros⁴³, informação essa que não pode ser negligenciada no contexto das cortes constitucionais.

⁴²VALE, André Rufino do. **Argumentação constitucional: um estudo sobre a deliberação nos tribunais constitucionais**. 2015. 415 f., il. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade de Brasília/Universidad de Alicante, Brasília, 2015. Acesso em: 10 dez. 2019. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/18043/3/2015_AndreRufinodoVale.pdf>

⁴³SILVA, Virgílio. Um voto qualquer? O papel do ministro relator na deliberação no STF. **Journal of Institutional Studies**, v.1, n.1, p. 193-194, 2015.

Silva aponta que o voto do relator, em outras cortes (como é o caso da Colômbia) serve de base para a deliberação ou é uma espécie de rascunho para a decisão final, ao passo em que o voto do relator no STF teria uma utilidade reduzida⁴⁴. O autor alega que os ministros, ao receberem a cópia do relatório antes da sessão de julgamento, têm apenas a sistematização de argumentos que já são públicos, sem que seja trazido algo novo, o que poderia ser obtido ao se receber o voto do relator antecipadamente à sessão plenária. Isso seria antideliberativo, já que os ministros não poderiam se preparar para o debate por não saberem a opinião do relator⁴⁵.

Ainda, essa prática do STF apenas realçaria que a sessão plenária é um momento de leitura de opiniões já escritas e preparadas anteriormente ao seu início, formuladas sem que se saiba a opinião de qualquer um dos ministros, de modo que os votos e as opiniões não estão em diálogo uns com os outros⁴⁶.

Além disso, a CCC, ao permitir que ainda nesse momento os magistrados façam formulações por escrito, “pensando” enquanto colegiado, possibilita a antecipação de argumentos a serem deliberados e incentiva que os magistrados estejam engajados em contrapor ou complementar argumentos trazidos pelo relator, que poderão ser abordados na deliberação.

Desse modo, entende-se que a distribuição prévia do voto do relator, assim como a relação dos demais ministros com o relator, é feita de maneira mais favorável à deliberação na CCC, e que poderia ser implementada pelo STF.

b. Quórum para deliberar e decidir

A diferença entre as duas cortes nesse aspecto é relativa ao fato de a CCC permitir que o quórum de votação seja alterado quando os magistrados acharem necessário. Assim, em situações que exijam um consenso por parte da corte, os magistrados deveriam esforçar-se em torno de alcançar uma opinião una (consenso), em vez de atingir apenas uma maioria.

Essa hipótese necessitaria de maior aprofundamento empírico para compreender se de fato existe algo benéfico na possibilidade de escolha pelo consenso e, até, se essa é uma

⁴⁴SILVA, Virgílio Afonso. *Deciding Without Deliberating*. *International Journal of Constitutional Law*, v. 11, n. 3, p. 557-584, 2013.

⁴⁵*Ibid.*

⁴⁶*Ibid.*

demanda recorrente entre os magistrados da corte. No entanto, dentro dos limites da proposta deste trabalho, supõe-se que, por ser uma demanda dos ministros, não seria negativo que existisse a possibilidade de proposição de decisão consensual quando se entender mais adequado. Do contrário, seria prejudicial se essa fosse uma determinação obrigatória, já que “obrigar” que se obtenha o consenso significaria o silenciamento de vozes dissonantes dentro da corte.

A busca pelo consenso é positiva, desde que viabilize que as opiniões dissidentes sejam devidamente consideradas e, pensando na melhora da qualidade da deliberação, que isso seja um incentivo para que os ministros se engajem na conciliação das suas interpretações e escolhas. Pode-se pensar que o consenso é um meio de fortalecer uma ideia de unidade na matéria sob discussão e, até, de maior coerência enquanto tribunal.

c. Ordem da discussão e da votação

Nesta matéria, a ordem da discussão não tem variações substanciais entre as cortes; mas, no caso da ordem da votação, há uma diferença muito importante. O fato de a Corte Colombiana dividir em dois momentos a votação (parte resolutiva e parte de motivos) tem como ponto positivo uma maior certeza na formulação da decisão da corte.

De fato, o método de votação adotado pelo STF, em que apenas é votado o resultado final da matéria, permite uma confusão entre o resultado final e os motivos que o fundamentam. Em outras palavras, há casos em que os ministros apresentam motivos diferentes para um mesmo resultado, os quais podem ter pouca ou nenhuma correlação ou coerência entre si. No dispositivo da decisão da corte, esse tipo de situação gera incerteza quanto ao que motivou o “resultado final”.

Por outro lado, o método da CCC propõe que, realizada a deliberação, com a exposição de ideias e opiniões dos ministros, seja votada em primeiro lugar a parte resolutiva. Ultrapassada essa fase, o foco dos ministros enquanto colegiado é organizar as razões que motivaram esse resultado, para que seja possível selecionar os fundamentos que devem ser fixados pelo tribunal.

Gertrude Wolff, professora e ex-magistrada do Tribunal Federal Constitucional Alemão, discute as formas de deliberação na evolução histórica de cortes *seriatim* (como o STF) e *per curiam* (como a CCC). Com isso, aborda exemplos de cortes que, na votação, optam apenas pelo voto sobre o resultado final, enquanto outras focam somente nas razões

da decisão. Nesses dois tipos de modelos, a autora encontra falhas e labirintos, pois, escolhendo um ou outro, um mesmo caso pode chegar a resultados completamente distintos. Entretanto, combinando “resultados” e “motivos”, como é o caso da CCC, haveria maior possibilidade de uma deliberação bem-sucedida e com rigor técnico, pois esse “requisito” exige mais discussão entre os magistrados⁴⁷.

Diante do exposto, tal organização da Corte Colombiana é muito positiva. Entretanto, uma possível objeção poderia ser feita quanto ao tempo despendido pelos ministros para que se elaborem e categorizem os “motivos da decisão” a serem votados. Caso não se devote tempo suficiente nessa organização, a qualidade do decidido pode ser prejudicada. Ainda assim, tal suposição não supera os ganhos que esse tipo de procedimento traz para a compreensão da decisão de um colegiado.

d. Tempo da sessão e do voto de cada ministro

Neste elemento da análise, cabe mencionar que a diferenciação entre prática e formalidade é muito relevante. Observando apenas o RISTF, um julgamento deveria ser encerrado na sessão em que ele se iniciou. No entanto, sabe-se que essa não é a realidade da corte, a qual determina a suspensão do julgamento para data posterior.

Apesar desse descompasso entre prática e norma, acredita-se que seria positivo ter uma disposição como a da Corte Colombiana, que limita o tempo da sessão para quatro horas. A limitação temporal tem como ponto positivo o incentivo à maior síntese e objetividade nos pronunciamentos dos ministros, além de ser perceptível que um julgamento excessivamente longo pode ser exaustivo e pouco produtivo para os presentes. Tais pontos positivos repercutem na deliberação, que poderá ter um avanço na sua qualidade quando se assume o compromisso de cumprir o horário limite, indo direto ao ponto, sem se ocupar com digressões que pouco auxiliam na decisão.

Essa constatação pode ser percebida na pesquisa de Silva, em que alguns ministros entrevistados se mostraram favoráveis a uma limitação no prazo de deliberação (tempo de fala) de cada ministro, por acreditarem que isso permitiria um maior poder de síntese⁴⁸.

⁴⁷LUBBE WOLFF, Gertrude. La cultura de la deliberación en las Cortes Constitucionales. **Revista Argentina de Justicia Constitucional**, n. 2, 2016.

⁴⁸SILVA, Virgílio. Um voto qualquer? O papel do ministro relator na deliberação no STF. **Journal of Institutional Studies**, v.1, n.1, p. 192-193, 2015.

Na pesquisa realizada por Rufino do Vale, os ministros entrevistados também apresentaram interesse em alguma limitação temporal, especialmente do tempo dos votos⁴⁹. Alguns disseram que 40 minutos ou 1h seriam suficientes para resolver a questão, outros afirmaram que é compreensível que o voto do relator demore mais, enquanto para os demais ministros cinco ou sete minutos seriam suficientes⁵⁰.

Entretanto, se pensarmos no caso das sessões que precisarão ser interrompidas por atingirem o limite de tempo de quatro horas, haveria o risco de tais interrupções prolongarem excessivamente o andamento de um processo, atrasando os restantes. Além disso, interromper uma deliberação no meio, adiando-a para outra data, inevitavelmente poderia ter alguma perda na reconstrução do raciocínio desenvolvido anteriormente.

Mesmo assim, sopesando os pontos positivos e negativos nessa matéria, entende-se que a limitação temporal tem a seu favor mais benefícios do que malefícios. Ademais, os mesmos problemas destacados quanto à interrupção da sessão após 4h também ocorrem nas sessões do STF, as quais não contam com muita previsibilidade quanto ao momento em que serão encerradas, o que pode ser prejudicial às partes e aos ministros.

Quanto às discussões sobre um tempo limitado para o voto dos ministros (20 minutos para cada magistrado), apesar de essa determinação ser feita apenas em casos de urgência na CCC, argumenta-se que, assim como é exigido das partes do processo um tempo limitado para a exposição oral, não seria contraditório essa mesma regra ser “aplicada” para os magistrados na apresentação de seus argumentos.

e. Publicidade do julgamento

A publicidade do julgamento é um dos temas mais relevantes para a discussão da deliberação e que, de forma mais explícita, separa as duas cortes aqui abordadas. Enquanto o STF realiza majoritariamente sessões abertas, a CCC realiza sessões fechadas e secretas.

A sessão aberta tem como vantagem o fato de oferecer maior transparência e controle sobre o processo decisório, permitindo um conhecimento aproximado das razões consideradas para o resultado do julgamento, bem como um controle estrito por parte da

⁴⁹VALE, André Rufino do. **Argumentação constitucional: um estudo sobre a deliberação nos tribunais constitucionais**. 2015. 415 f., il. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade de Brasília/Universidad de Alicante, Brasília, 2015. Acesso em: 10 dez. 2019. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/18043/3/2015_AndreRufinodoVale.pdf>

⁵⁰*Ibid.*

trocas injustificadas de voto, e é possível verificar a maior ou menor coerência dos magistrados em suas posições jurídicas⁵⁷.

Colocados esses pontos, acredito que, apesar de um suposto fortalecimento da “deliberação franca” encontrado nas sessões fechadas, a transparência e a publicidade são valores que não podem ser prejudicadas ou relevados, ainda mais tendo em vista a forma como se desenhou o Poder Judiciário com a Constituição de 1988.

Entre as conclusões trazidas na pesquisa de Rufino do Vale, constatou-se que a questão da publicidade ou segredo das deliberações são características institucionais dos modelos de deliberação que refletem desenvolvimentos históricos específicos de cada contexto institucional e político dos sistemas jurídicos. Por isso, questões relativas à abertura ou ao fechamento das deliberações não costumam estar abertas a reformas institucionais drásticas, uma vez que, na visão do autor, são aspectos essenciais do respectivo modelo a que fazem parte.

Para ele, em razão da consolidação histórica institucional dos tribunais, dificilmente seria viável fazer alterações sem que se causasse um impacto negativo na qualidade das práticas deliberativas. No caso do Brasil, isso é reforçado pelo inciso IX do art. 92 da Constituição Federal, que determina a publicidade dos atos do Poder Judiciário⁵⁸.

Desse modo, a transparência e publicidade são princípios basilares para o Estado Brasileiro. Pensar em uma modificação no STF nesses termos, suprimindo a publicidade dos julgamentos, seria inviável e prejudicial. Ainda assim, é importante lembrar que a TV Justiça não é a única forma de trazer publicidade aos julgamentos, sendo possível mantê-los acessíveis presencialmente ou com transmissão posterior (mas isso não é o que se adota na CCC, que é o recorte ao qual esta monografia se submete). Se desejamos favorecer a deliberação como forma de justificativa da legitimidade das cortes constitucionais, excluir o papel de acompanhamento do processo deliberativo vai contra os propósitos fundantes dessa discussão, especialmente na função dialógica e de responsividade que se deve ter com aqueles afetados e que precisam compreender o que levou à decisão.

⁵⁷*Ibid.*

⁵⁸VALE, André Rufino do. **Argumentação constitucional: um estudo sobre a deliberação nos tribunais constitucionais**. 2015. 415 f., il. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade de Brasília/Universidad de Alicante, Brasília, 2015. Acesso em: 10 dez. 2019. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/18043/3/2015_AndreRufinodoVale.pdf>

f. Elaboração da decisão escrita e disponibilização dos votos divergentes e concorrentes

Em relação à forma de publicação da decisão do tribunal e das opiniões divergentes, autores como Silva entendem que a publicação da decisão *seriatim*, modelo adotado no STF, é em si um desincentivo para o consenso na deliberação⁵⁹.

Silva comenta que no STF não podemos falar de “opiniões divergentes”, mas sim de “opiniões vencidas”. Como os ministros escrevem suas opiniões no mesmo momento, e as leem nas sessões plenárias um após o outro, na realidade, os votos vencidos não dialogam com o voto vencedor, que representaria a opinião da Corte. Esse fator enfraqueceria a própria justificativa que sustenta a importância de haver votos divergentes, por eles significarem um olhar distinto quanto ao resultado trazido pela Corte⁶⁰. Desse modo, o modelo do STF carrega consigo um forte ponto negativo na sua abordagem dos votos divergentes.

Ao tratar do modelo *seriatim*, Rufino do Vale aponta que, por ser o resultado da deliberação apresentado em texto composto por vários votos e suas respectivas *ratio decidendi*, torna-se frequentemente complicado definir de forma precisa o fundamento determinante da decisão da corte, que seria feita através da extração de um “mínimo comum” entre os distintos argumentos individuais⁶¹. Com isso, esse modelo resulta numa maior importância para a *ratio decidendi* de cada magistrado individualmente, no momento de se pensar sobre os precedentes. Desse modo, fenômenos como o “*overruling* pessoal”⁶², em que o magistrado revê o próprio posicionamento, passam a ser comuns, já que a cada ministro vinculam-se decisões e argumentos específicos a partir de seu histórico de decisões.

Por outro lado, o modelo adotado na Colômbia é festejado por alguns acadêmicos, como é o caso do ex-magistrado José Cepeda Espinosa (mandato de 2001 a 2009). Em *aclaración de voto* ao Auto 289 de 2007 (T-1699106), o acadêmico ressalta a importância desse tipo de mecanismo de voto divergente que existe na CCC. No caso, ele demonstra como a *aclaración* consiste na concordância com a opinião da Corte, porém com necessidade de complementação a partir de outros critérios⁶³.

⁵⁹SILVA, Virgílio Afonso da. **Deciding without deliberating**. *International Journal of Constitutional Law*, v. 11, p. 557-584, 2013.

⁶⁰*Ibid.*

⁶¹VALE, André Rufino do. **Argumentação constitucional: um estudo sobre a deliberação nos tribunais constitucionais**. 2015. 415 f., il. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade de Brasília/Universidad de Alicante, Brasília, 2015. Acesso em: 10 dez. 2019. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/18043/3/2015_AndreRufinodoVale.pdf>. .

⁶²*Ibid.*

⁶³COLÔMBIA. Corte Constitucional. **Auto 289-07**, de 8 de novembro de 2007. Acesso em: 20 ago.

Esse modelo, segundo Espinosa, seria representativo de uma tradição pluralista no exercício da magistratura na Colômbia, que é caracterizada pela (1) divulgação dos votos dos magistrados através de comunicados oficiais da Corte, (2) sentenças assinadas pelos magistrados, com a possibilidade de *aclaración* ou *salvamento*, (3) atas que expõem o que foi argumentado por cada juiz na deliberação, e a (4) publicação conjunta da sentença com as opiniões dissidentes (*salvamentos* e/ou *aclaraciones*)⁶⁴.

O acadêmico considera que esses quatro pontos, que afirma serem as fortalezas da tradição judicial colombiana, são separáveis: é possível que um magistrado opte por divergir, mas abra mão de seu interesse de criticar a sentença correspondente, cultivar o individualismo, demonstrar seu conhecimento ou mostrar soluções alternativas que considere apropriadas. Desse modo, estaria sendo fortalecida a instituição judicial, além de fazer com que as sentenças fixem uma interpretação da Constituição com sólida autoridade⁶⁵.

Espinosa destaca que esse desenho institucional abre um leque de possibilidades para o ministro, o qual pode adaptá-las para o que considerar mais adequado em cada situação. Assim, por exemplo, há hipóteses em que a contribuição do magistrado pode ser melhor se ele escrever uma opinião separada, o que Espinosa fez na sentença sobre o aborto (C-355 de 2006), com a qual concordou completamente. Ainda assim, fez uma *aclaración de voto* a essa sentença para agregar argumentos fundados no Direito Comparado, de modo a dar elementos judiciais para incentivar desenvolvimentos futuros na matéria, não para criticar a sentença em questão. Menciona também a sentença sobre a igualdade entre casais do mesmo sexo (SU-632 de 2001), em que fez *salvamento de voto conjunto* para abrir um caminho para evoluções jurisprudenciais para proteger tais casais, o que de fato ocorreu, anos depois, sob bases diferentes⁶⁶.

A partir desse olhar favorável trazido pelo jurista colombiano, é perceptível que o modelo adotado pela CCC possibilita uma compreensão mais inteligível das decisões do tribunal, fortalecendo a certeza e a segurança jurídica. Além disso, a divergência é colocada de modo construtivo, atuando mais como uma crítica formulada à opinião da maioria do que um extrato de discordância perdido em meio a uma série de votos majoritários e minoritários. Apesar de os dois modelos, ao divulgarem votos divergentes, poderem ser criticados por

2019. Disponível em: <<https://www.corteconstitucional.gov.co/relatoria/Autos/2007/A289-07.htm>>

⁶⁴COLÔMBIA. Corte Constitucional. **Auto 289-07**, de 8 de novembro de 2007. Acesso em: 20 ago.

2019. Disponível em: <<https://www.corteconstitucional.gov.co/relatoria/Autos/2007/A289-07.htm>>

⁶⁵*Ibid.*

⁶⁶*Ibid.*

“enfraquecer” uma visão única e sólida da corte enquanto instituição, o modelo colombiano consegue contrabalançar esse fator, provando a utilidade da divergência.

6. CONCLUSÃO: A CORTE CONSTITUCIONAL DA COLÔMBIA POSSUI ELEMENTOS EM SEU PROCESSO DECISÓRIO-DELIBERATIVO QUE PODEM SER INCORPORADOS PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL?

Após as análises descritiva e comparativa realizadas nos últimos dois capítulos, em que foi possível compreender alguns elementos que fazem parte dos procedimentos de deliberação e decisão na CCC e no STF, foram feitos balanços críticos sobre quais desses pontos poderiam ser incluídos no desenho institucional da Corte Brasileira, de modo a fortalecer sua qualidade deliberativa e decisória.

Neste momento final da pesquisa, cabe observar as reflexões trazidas a partir desse conjunto de críticas, para que seja possível materializar sugestões e ideias para uma reforma ou revisão de como se dá o processo decisório-deliberativo no STF. Assim, passo ao balanço final de cada uma das categorias criadas.

O elemento da (i) distribuição prévia do voto do relator e a relação ministros-relator contou com a predominância de impressões positivas sobre o modelo colombiano. Uma eventual incorporação desse elemento não necessitaria de muitas mudanças, já que a sua positivação preencheria uma lacuna no regimento do STF, que não traz de forma explícita essa relação mais próxima e prática entre ministros e relator. Assegurar que o voto do relator será distribuído com antecedência pode avançar em muito na rotina dos demais ministros, assim como na discussão que será realizada em plenário, já que todos estarão devidamente informados. Ainda, dando ao voto do relator um significado semelhante ao “projeto de decisão” colombiano, ou seja, um papel que vai além do voto individual, guiando a discussão do colegiado e a decisão a ser elaborada posteriormente, muitos avanços podem ser feitos na qualidade deliberativa e na redação do acórdão.

Em relação ao (ii) quórum para deliberação e decisão, o foco do sopesamento foi o quórum da votação e a possibilidade de os ministros demandarem, quando acharem necessário, que a decisão seja feita por consenso. Dos elementos trazidos, esse foi um dos mais desafiadores para pensar de maneira concreta sobre as consequências resultantes de uma incorporação desse tipo. A partir do parâmetro da qualidade deliberativa, uma discussão em que se entenda necessário o consenso pode incentivar concessões e trocas entre os ministros,

fazendo com que isso seja um fator favorável à deliberação. Dentre os elementos aqui trazidos, a sua incorporação não é a mais prioritária, justamente por esse vácuo de informação sobre como se daria seu funcionamento.

A categoria sobre a (iii) ordem da discussão e da votação é uma das propostas mais favoráveis de transplante institucional. A divisão feita no momento da votação entre “parte resolutiva” e “parte de motivos” dá espaço para uma solução para a dificuldade que o STF enfrenta em ter maior clareza e precisão no momento de decidir. Essa mudança claramente significaria uma alteração drástica na rotina dos ministros, com, talvez, desafios para que a cultura institucional seja compatibilizada com uma nova norma. Mesmo assim, com a sua incorporação, as decisões e a deliberação seriam dotadas de maior precisão e clareza, já que o procedimento imporia que se tivesse certeza sobre a *ratio* por trás do que foi decidido.

O elemento relativo ao (iv) tempo da sessão e do voto de cada ministro mostrou pontos suficientemente positivos no modelo colombiano para que um transplante seja sugerido, especificamente na limitação do tempo da sessão de julgamento. Isso porque se entende que esse tipo de modificação favorece uma melhor deliberação, já que pode incentivar maior síntese na discussão e também uma atenção mais focada na matéria sendo discutida, sem necessidade de prolongamentos ou digressões.

Entre os pontos mais polêmicos, a (iv) publicidade do julgamento, foi notável que a forma como as sessões são privadas na CCC não é a mais adequada ou viável para o Brasil. Isso tendo em vista a justificativa por trás da legitimidade das cortes constitucionais enquanto espaços deliberativos que têm o dever de transparência com o público, assim como a própria forma como o Poder Judiciário foi estruturado pela Constituição de 1988, dando-se ênfase à publicidade dos seus atos. A qualidade das decisões e da deliberação deve ser examinada levando em conta seu papel dialógico, sem ignorar a importância da transparência do processo para aqueles que vão lidar com os efeitos da decisão e que devem entender o que levou ao resultado final. Apesar de haver formas de modular a publicidade, como por meio de reuniões privadas anteriores à sessão pública, essa não é uma ferramenta que se possa tirar da CCC para fins deste trabalho.

Em conexão com esse elemento, a última categoria, relativa à (v) elaboração da decisão escrita e a disponibilização dos votos divergentes e concorrentes, apresentou muitos aspectos positivos no modelo colombiano. Assim, uma maior interlocução entre o “voto vencedor” e os votos divergentes a ele tem um valor essencial para a construção de um tribunal com maior clareza nas suas decisões e nas críticas a serem formuladas dentro da própria instituição.

Como Klafke cita em seu trabalho, anteriormente ao modelo atual, o STF construía acórdãos de forma distinta. O acórdão era formado por uma única opinião, que representava a maioria vencedora, sendo escrita pelo ministro relator ou pelo vencedor. Aqueles ministros que discordassem do resultado ou da fundamentação adotada podiam registrar sua posição individualmente, nos termos do art. 48 do RISTF de 1891⁶⁷. Isso apenas evidencia que, apesar de parecer uma reforma institucional distante da realidade brasileira, na verdade foi algo já efetuado pelo STF e consolidado por muitos anos, sendo apenas modificado na década de 30⁶⁸. Uma possibilidade seria entender a razão dessa mudança, assim como as críticas positivas e negativas que esse modelo anteriormente adotado recebia.

Interessante mencionar que, em muitas das discussões feitas na temática da deliberação, modelos de corte *per curiam* são necessariamente associados a deliberações fechadas, enquanto as cortes *seriatim* adotariam deliberações abertas. A partir do que foi analisado, questiona-se se haveria de fato uma completa incompatibilidade entre um modelo *per curiam* que adota a publicidade nas suas deliberações, e quais seriam os prejuízos provenientes dessa combinação. Combinando-se os aspectos positivos dessas duas escolhas institucionais, com a calibragem necessária para o contexto do STF, acredito ser possível desenvolver um modelo atualizado que viabilize uma boa deliberação e, consequentemente, dê maior legitimidade às decisões.

A incorporação desses elementos, especialmente aqueles em que se constatou mais pontos positivos para uma deliberação e decisão de qualidade, resultaria em um modelo de corte *per curiam* com publicidade das suas sessões, que tem a elaboração de um “voto” ou “opinião da corte” admitindo divergências ou votos apartados (que dialogam com o voto da corte), com um relator que distribui previamente à sessão plenária seu voto para os demais ministros e que admite a participação desses na elaboração do projeto que será a decisão do tribunal. Ainda, no momento da votação, haveria duas etapas, sendo primeiro votada a parte resolutiva do caso, seguida dos motivos que justificam a decisão, com um limite de tempo para que a sessão ocorra (no caso, 4h) e a possibilidade de os ministros pedirem que a decisão seja feita por consenso. Tais elementos têm em comum o fato de promoverem maior troca de informações entre os ministros, mais clareza e transparência na forma como a argumentação é realizada, as decisões são tomadas e o que se decidiu, uma ampliação de um trabalho

⁶⁷KLAFKE, Guilherme Forma. Os Acórdãos do STF como documentos de pesquisa e suas características distintas. **FGV Direito SP Research Paper Series**, n. 132, out. 2015. Disponível em:

<https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2676292>. Acesso em: 10 dez. 2019

⁶⁸*Ibid.*

conjunto dos ministros e mais objetividade e valorização do tempo dispendido para o efetivo diálogo, sem que ele seja “gasto” com leituras de opiniões individuais prontas. A colegialidade, aqui, é efetiva e adentra o cotidiano do procedimento decisório-deliberativo do começo ao fim.

Dessa maneira, percebe-se que o exercício de olhar para um país vizinho como a Colômbia pôde trazer frutos muito positivos para o pensamento sobre o desenho institucional do STF. Mesmo com um foco bem específico em relação aos procedimentos daquele tribunal, muitas lições puderam ser aprendidas sobre o potencial das análises comparadas entre países, especialmente ao se observar um país fora dos holofotes que costumam ser dados ao Norte Global.

Assim, em resposta ao questionamento da pesquisa, percebeu-se que, efetivamente, há muitos elementos a serem usados como referência para uma reforma do STF, o qual deve ter não apenas a sua atuação, mas, também, seu desenho institucional colocado constantemente em julgamento.

Em termos práticos, essa alteração dependeria da iniciativa dos próprios ministros do STF (nos termos do art. 362 do RISTF, “ao Presidente, aos Ministros e às Comissões”), podendo ser aprovada por uma maioria absoluta (§1º, art. 362, RISTF). Cabe, ainda, à Comissão de Regimento opinar sobre as propostas de matéria regimental, exceto se tais propostas forem subscritas pelos seus membros ou pela maioria da corte, ou em caso de urgência (§2º, art. 362, RISTF).

Assim, qualquer tentativa de reforma precisa da abertura da corte e um diálogo com seus membros. Em alguns dos pontos aqui trazidos, especialmente no caso das pesquisas citadas que consistiram em entrevistas feitas com os ministros, foi perceptível que alguns membros e ex-membros do STF são favoráveis a mudanças, ou, pelo menos, são críticos em relação ao modelo atual. Em face disso, resta saber o quanto que essas vontades poderão se encontrar para que alguma alteração positiva seja realizada na corte, ou, se os costumes e velhos hábitos prevalecerão.

REFERÊNCIAS

AGUIAR JÚNIOR, Ruy Rosado. Ementas e sua técnica. **Revista de Doutrina da 4ª Região**. Porto Alegre, n. 27, dez. 2008.

ÁLVAREZ, Durango A. Gerardo; HERAZO, Garay José Kennier. El control de constitucionalidad y convencionalidad en Colombia. **Revista Prolegómenos Derechos y Valores**, v. 18, n. 36, p. 99-116, 2015.

ANSUÁTEGUI ROIG, Francisco Javier. Jueces constitucionales (garantía de la Constitución y responsabilidad). **Revista Estudios Socio-Jurídicos**, v. 14, n. 2, p. 13-33, 2012.

BERKOWITZ, Daniel; PISTOR, Katharina; RICHARD, Jean-Francois. Economic development, legality, and the transplant effect. **European Economic Review**, v. 47, n. 1, p. 165-195, 2003.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Regimento Interno do STF**. Atualizado até a Emenda Regimental n. 52/2019. Brasília: STF, 2019. Acesso em 10 dez. 2019. Disponível em: <<https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacaoRegimentoInterno/anexo/RISTF.pdf>>

_____. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Acesso em: 10 dez. 2019. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>

COLÔMBIA. Constituição (1991). **Constitución Política de Colombia**. Colômbia, 1991.

COLÔMBIA. Corte Constitucional. **Acuerdo 3**. 12 de julho de 2017. Acesso em: 20 ago. 2019. Disponível em: <<http://www.corteconstitucional.gov.co/inicio/Reforma%20ReglamentoAcuerdo03-17.pdf>>

_____. **Funciones**. Acesso em: 20 ago. 2019. Disponível em: <<http://www.corteconstitucional.gov.co/lacorte/funciones.php>>

_____. **Normatividad**. Acesso em: 20 ago. 2019. Disponível em: <<https://www.corteconstitucional.gov.co/lacorte/#normativa>>

_____. **Organograma.** Acesso em: 20 ago. 2019. Disponível em: <<http://www.corteconstitucional.gov.co/lacorte/organograma.pdf>>

_____. **Reglamento.** Acuerdo 2. 22 de julho de 2015. Acesso em: 20 ago. 2019. Disponível em: <<http://www.corteconstitucional.gov.co/inicio/Reforma%20Reglamento.pdf>>

_____. **Princípios reguladores.** Acesso em: 20 ago. 2019. Disponível em: <<http://www.corteconstitucional.gov.co/lacorte/Principios%20reguladores.php>>

_____. **Sentencia SU-559**, de 6 de novembro de 1997. Acesso em: 20 ago. 2019. Disponível em: <<https://www.corteconstitucional.gov.co/relatoria/1997/SU559-97.htm>>

_____. **Auto 289-07**, de 8 de novembro de 2007. Acesso em: 20 ago. 2019. Disponível em: <<https://www.corteconstitucional.gov.co/relatoria/Autos/2007/A289-07.htm>>

_____. **Sentencia T-153**, de 28 de abril de 1998. Acesso em: 20 ago. 2019. Disponível em: <<https://www.corteconstitucional.gov.co/relatoria/1998/t-153-98.htm>>

DAVID, René; JAUFFRET-SPINOSI, Camille. **Los grandes sistemas jurídicos contemporáneos.** 11. ed. Trad. Jorge Sánchez Cordero. México: UNAM, 2010.

FALCÃO, Joaquim; CERDEIRA, Pablo de Camargo; ARGUELHES, Diego Werneck. **I Relatório Supremo em Números: O Múltiplo Supremo**, p. 8-9. Acesso em: 20 ago. 2019. Disponível em: <<http://www.supremoemnumeros.com.br/wp-content/uploads/2011/05/I-Relat%C3%B3rioSupremo-em-N%C3%BAmeros.pdf>>

FEOLI, Marco. Las cortes super poderosas: ¿activismo o visibilidad? **Pensamiento Jurídico**, n. 41, p. 127-162, 2015.

FRANCO, Diana Rodríguez; GARAVITO, César Rodríguez. **Juicio a la exclusión. El impacto de los tribunales sobre los derechos sociales en el Sur Global.** Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2015.

GALINDO, José Gregorio Hernández. ¿Cómo superar la crisis de la Corte Constitucional? **Razon Publica.** Acesso em: 23 jul. 2019. Disponível em: <<https://www.razonpublica.com/index.php/politica-y-gobierno-temas-27/8358-%E2%80%8B%E2%80%8B%C2%BFc%C3%B3mo-superar-la-crisis-de-la-corte-constitucional.html>>

GONZALEZ, Diego Andres. **The Colombia Constitutional Court: Building Legitimacy in its First Period.** Constitutional Court of Colombia, Universidad Externado. Acesso em: 10 nov. 2019. Disponível em: <https://www.law.uchicago.edu/files/Session%20VI_Gonzalez.pdf>

GRANT, James A. Clifford. Estudio comparativo de los sistemas de control de la constitucionalidad de leyes. **Impr. Universitaria**, p. 121-130, 1947.

GUTIÉRREZ, Abdón Sierra. **Control de Constitucionalidad y Deliberación Democrática en Colombia: Reflexiones a partir de un examen crítico de la línea jurisprudencial en salud y desplazados en la Corte Constitucional.** Barranquilla, 2010. Acesso em: 10 nov. 2019. Disponível em: <<http://bdigital.unal.edu.co/6319/1/abdonalbertosierragutierrez.2011.pdf>>

HERANI, Renato Gugliano Gugliano. Crítica a los paradigmas clásicos de reconocimiento de la Justicia Constitucional. **Revista Jurídica da Presidência**, v. 21, n. 123, p. 289-316, 2019. Acesso em: 10 nov. 2019. Disponível em: <<https://revistajuridica.presidencia.gov.br/index.php/saj/article/view/1774>>

KLAFKE, Guilherme Forma. **Vícios no Processo Decisório do Supremo Tribunal Federal.** 2010. Monografia - Sociedade Brasileira de Direito Público, São Paulo, 2010. Acesso em: 20 dez. 2019. Disponível em: <<http://www.sbdp.org.br/publication/vicios-no-processo-decisorio-do-supremo-tribunal-federal/>>

_____. Os Acórdãos do STF como documentos de pesquisa e suas características distintivas. **FGV Direito SP Research Paper Series**, n. 132, out. 2015. Acesso em: 10 dez. 2019. Disponível em: <https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2676292>

LAMBIS, Lascario Jiménez. La reforma constitucional de 1910, hacia el estado de derecho en Colombia. **Revista Jurídica Maria Alario D’Filippo**, Cartagena (Colombia), v. 10, n. 20, p. 95-110, 2018.

LANDAU, David. Political Institutions and Judicial Role in Comparative Constitutional Law. **Harvard International Law Journal**, v. 51, n. 2, p. 1-54, 2010.

LANDAU, David Evan. **Beyond Judicial Independence: The Construction of Judicial Power in Colombia**. Tese (Doutorado) - Graduate School of Arts & Sciences, Harvard University, Boston, 2015.

LEIVA, J. Ignacio Núñez. Estado constitucional de derecho y ponderación: Hacia la superación de la falsa disyuntiva entre libertad y satisfacción de los derechos sociales fundamentales. **Vniversitas**, v. 128, p. 153-172, 2014.

LIZARAZO-RODRÍGUEZ, Liliana. Constitutional adjudication in Colombia: avant-garde or case law transplant? A literature review. **Revista Estudios Socio-Jurídicos**, v. 13, n. 1, p. 145-182, 2011.

LUBBE WOLFF, Gertrude. La cultura de la deliberación en las Cortes Constitucionales. **Revista Argentina de Justicia Constitucional**, n. 2, 2016. Acesso em: 10 set. 2019. Disponível em: <<http://aajc.com.ar/home/revista-argentina-de-justicia-constitucional-numero-2-noviembre-2016/>>

MANIN, Bernard; STEIN, Elly; MANSBRIDGE, Jane. On Legitimacy and Political Deliberation. **Political Theory**, v.15, n.3, p. 338-368, 1987.

MENDES, Conrado Hübner. **Constitutional Courts and Deliberative Democracy**. Oxford: Oxford University Press, 2014.

_____. **O projeto de uma corte deliberativa**. In: VOJVODIC, Adriana; PINTO, Henrique Motta; PAGANI, Rodrigo (Org.). **Jurisdição Constitucional no Brasil**. São Paulo: Malheiros Editores, 2012.

MILLER, Jonathan. A Typology of Legal Transplants: Using Sociology, Legal History and Argentine Examples to Explain the Transplant Process. **The American Journal of Comparative Law**, v. 51, n. 4, p. 839-885, 2003.

MOREIRA, José Carlos Barbosa. Notas sobre alguns fatores extrajurídicos no julgamento colegiado. In: **Caderno de Doutrina e Jurisprudência da Escola da Magistratura da 15ª Região**, Campinas, v. 1, n. 3, p. 79-89, maio/jun. 2005.

OLIVEIRA, Fabiana Luci de. Supremo relator: processo decisório e mudanças na composição do STF nos governos FHC e Lula. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 27, n. 80, p. 89-115, Out. 2012. Acesso em: 8 ago. 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-690920120003000006&lng=en&nrm=iso>

PEGORARO, Lucio. **Giustizia costituzionale comparata: dai modelli ai sistemi**. Torino: G. Giappichelli, 2015.

PEÑARANDA, Iván Alemán; MARTÍNEZ, Fabio César Amorocho. Elementos de un nuevo paradigma constitucional para la sociedad colombiana. **Justicia Juris**, v. 7, n. 2, p. 67-76, 2011.

PISTOR, Katharina. **G-24 Paper Series: The Standardization of Law and Its Effect on Developing Economies**. Geneva: United Nations, 2000.

QUEIROZ, Rafael Mafei Rabelo. **O papel dos vencidos**. Boletim IBCCRIM. São Paulo: IBCCRIM, ano 21, n. 242, p. 16-17, 2013.

RODRÍGUEZ-RAGA, Juan Carlos. Strategic Deference in the Colombian Constitutional Court, 1992-2006. In: HELMKE, Gretchen; RÍOS-FIGUEROA, Julio (Eds.). **Courts in Latin America**. New York: Cambridge University Press, 2011, p. 81-98.

SANTAMARÍA, Rosember Ariza. Descolonización de prácticas judiciales constitucionales en Bolivia-Colombia. **Revista Direito & Práxis**, vol. 8, n. 4, p. 3004-3036, 2017. Acesso em: 20 out. 2019. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rdp/v8n4/2179-8966-rdp-8-4-3004.pdf>>

SIEYÈS, Emmanuel Joseph. Discours (7 Sept. 1789). In: MADIVAL, M. J.; LAURENT, E.; CLAVEL, E. (Eds.). **Archives Parlementaires - Première Série (1789–1799)**, v. 8, n. 595, 1875.

SILVA, Virgílio Afonso da. Deciding without deliberating. **International Journal of Constitutional Law**, vol. 11, n. 3, 2013, pp. 557-584.

_____. De quem divergem os divergentes: os votos vencidos no Supremo Tribunal Federal. **Direito, Estado e Sociedade**, n. 47, p. 205-215, 2015. Acesso em: 10 set. 2019. Disponível em: <<http://direitoestadosociedade.jur.puc-rio.br/media/artigo09n47.pdf>>

SILVA, Virgílio. Um voto qualquer? O papel do ministro relator na deliberação no STF. **Journal of Institutional Studies**, v.1, n.1, p. 193-194, 2015.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE DIREITO PÚBLICO. **Relatório “Accountability e jurisprudência do Supremo Tribunal Federal: estudo empírico de variáveis institucionais e a estrutura das decisões”**, 2012. Acesso em: 04 nov. 2019. Disponível em: <<http://www.sbdp.org.br/research/accountability-e-jurisprudencia-do-supremo-tribunal-federal-estudo-empirico-de-variaveis-institucionais-e-a-estrutura-das-decisoes/>>

SUELTCOCK, Vanessa. El bloque de constitucionalidad como mecanismo de interpretación constitucional. Aproximación a los contenidos del bloque en derechos en Colombia. **Vniversitas**, v. 65, n. 133, p. 301-382, 2016.

TAQUARY, Eneida Orbage de Britto. LEÃO, Wangle Samuel Costa. O diálogo entre Colômbia e Brasil sobre o “Estado de coisas inconstitucional”. **Revista de la Secretaria del Tribunal Permanente de Revision**, n. 13, p. 193-212, 2019.

TAVARES, André Ramos. Justiça Constitucional. Originalidades históricas e tipicidades latino-americanas. **Revista Brasileira de Estudos Constitucionais**, v. 8, n. 29, p. 245-262, 2014.

TUSSEAU, Guillaume. Más allá de los “modelos” de justicia constitucional, hacia una comparación pragmatista. In: BAGNI, Silvia. **Justicia constitucional comparada**. México: Porrúa, 2014.

VALE, André Rufino do. **Argumentação constitucional: um estudo sobre a deliberação nos tribunais constitucionais**. 2015. 415 f., il. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade de Brasília/Universidade de Alicante, Brasília, 2015. Acesso em: 10 dez. 2019. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/18043/3/2015_AndreRufinodoVale.pdf>

VERGOTTINI, Giuseppe de. **Derecho constitucional comparado**. Trad. Claudia Herrera. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2004.

VOJVODIC, Adriana de Moraes *et al.* A construção das decisões na jurisdição constitucional: atores e deliberação no Supremo Tribunal Federal. In: DE CARVALHO, Flávia Martins; VIEIRA, José Ribas (Coord.). **Desafios da constituição: democracia e estado no século XXI**, Rio de Janeiro: UFRJ, 2011, p. 73-91.

VIEIRA, José Ribas (Coord.). **Desafios da constituição: democracia e estado no século XXI**, Rio de Janeiro: UFRJ, 2011, p. 73-91.

WATSON, Alan. From Legal Transplants to Legal Formants. **The American Journal of Comparative Law**, v. 43, n. 3, p. 469-476, 1995.

YEPES, Rodrigo Uprimny. A judicialização da política na Colômbia: casos, potencialidades e riscos. **Sur - Revista Internacional de Direitos Humanos**, v. 4, n. 6, p. 52-69, 2007. Acesso em: 2 ago. 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-64452007000100004&lng=en&nrm=iso>